

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS-
CCSEH

**A formação do homem livre em Jean-Jacques Rousseau: a educação da
natureza na primeira infância**

Eliene da Silva Guedes Barbosa

Anápolis-GO
2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS-
CCSEH

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E
TECNOLOGIAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
PROCESSOS EDUCATIVOS, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

**A formação do homem livre em Jean-Jacques Rousseau: a educação da
natureza na primeira infância**

Eliene da Silva Guedes Barbosa

Anápolis-GO
2021

ELIENE DA SILVA GUEDES BARBOSA

A formação do homem livre em Jean-Jacques Rousseau: a educação da natureza na primeira infância

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação Linguagens e Tecnologias (PPGIELT) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Linha de Pesquisa: Educação, Escola e Tecnologias.

Orientador: Prof. Dr. Ged Guimarães

Anápolis-GO
2021

Ficha catalográfica

B238f	<p>Barbosa, Eliene da Silva Guedes. A Formação do homem livre em Jean Jacques Rosseau [manuscrito] : a educação da natureza na primeira infância. / Eliene da Silva Guedes Barbosa - Anápolis, 2021. 72 f.</p> <p>Orientador: Prof. Ged Guimarães. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias), Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas , Anápolis, 2021.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Educação. 2.Primeira infância. 3.Natureza – Boa educação. 4. Afetos. 5.Dissertações – UEG/UnuCSEH. I. Guimarães, Ged. II.Título. CDU: 372.4:101.1(042.3)</p>
-------	--

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus
Bibliotecária da UnUCSEH
CRB1/2385

A formação do homem livre em Jean-Jacques Rousseau: a educação da natureza na primeira infância

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 27 de outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ged Guimarães (PPGIELT- UEG)
Orientador/ Presidente

Prof.^a Dr.^a Veralúcia Pinheiro (PPGIELT- UEG)
Membro Interno

Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior (PPGF- UFU)
Membro Externo

Anápolis, 27 de outubro de 2021

Aos amores, Alexandre e Lucas. Vocês
foram peças fundamentais para a
realização deste trabalho.

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Dr. Ged Guimarães, pela partilha de conhecimentos, pelo auxílio e compreensão durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu esposo, que sempre esteve ao meu lado dando suporte e motivação, me encorajando a seguir. A você, todo meu amor e admiração, sem você eu não teria ido tão longe.

Ao meu amado filho Lucas, que é o motivo para eu querer ir sempre além.

Aos familiares, em especial, aos meus pais, Azarias (*in memoriam*) e Joselita, que me trouxeram à vida e que muito me ensinaram; seus ensinamentos estão para além dos livros.

Aos meus irmãos, que tornam a vida mais significativa.

Às mulheres da minha vida, Joseli, Alzinete, Alzilene e Leandra, minhas amadas irmãs. Nossos laços nos tornam mais fortes.

Aos professores, Veralúcia Pinheiro e José Benedito, pela contribuição e qualificação do meu trabalho.

À Deus, o Autor das coisas, por tudo!

Resumo

Para Jean Jacques Rousseau (1712-1778), a boa educação é a responsável pela liberdade e autonomia do indivíduo na sociedade. Mas para que isto seja possível, segundo o filósofo, o homem deve ser fortalecido em sua infância, de acordo com a natureza, longe da influência perniciosa das relações sociais degeneradas. Para um melhor entendimento do pensamento de Rousseau a respeito da “boa educação” e da sua relação com a educação da primeira infância trataremos do conceito de natureza nas obras, *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens* e *Emilio ou da educação*. Com isso buscaremos compreender como a natureza do homem deve ser respeitada, para que, assim, ele alcance a liberdade e a autonomia necessárias à vida em sociedade.

BARBOSA, Eliene da Silva Guedes. **A formação do Homem Livre em Jean-Jacques Rousseau: a educação da natureza na primeira infância**. 2021. 72 páginas.

Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás- UEG, Anápolis-GO, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Ged Guimarães

Defesa: 27 de outubro de 2021

O presente trabalho é o resultado de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós Graduação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás-UEG, de março de 2019 a outubro de 2021.

Palavras-Chave: Boa educação. Primeira infância. Natureza. Afetos.

Abstract

For Jean Jacques Rousseau (1712-1778) the good education is responsible for the freedom and autonomy of the individual in society. However, for that be possible, according to Rousseau, the man should getting strength in his childhood, according to nature, far from the pernicious influence of degenerate social relations. For a better understanding of Rousseau's thinking about the "good education" and its relation with the early childhood's education, we will deal with the concept of nature in the works, *Discourse on the origin and the foundations of inequality among men* and *Emile or on education*. We trying to understand how the man's nature could be respect and how he can achieve the freedom and autonomy necessary for life in society.

Barbosa, Eliene da Silva Guedes. **The formation of free man in Jean-Jacques Rousseau: the education of nature in early childhood**. 2021. 72 pages.

Master's Thesis in Education, Language and Technologies, State University of Goiás – UEG, Anápolis – GO, 2021.

Advisor: Prof. Dr. Ged Guimarães

Thesis Defense: October 27, 2021.

The present work is result of research developed in the Postgraduate Program of Master's Degree in Education, Language and Technologies at the State University of Goiás – UEG, from March 2019 to October 2021.

Keywords: Good education. First childhood. Nature. Affections.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 11
CAPÍTULO I – O conceito de natureza e o entendimento da educação na primeira infância.....	p. 15
1.1. <i>A relação da natureza com o conceito de boa educação.....</i>	p. 16
1.2. <i>Primeira fase da infância: 0 a 2 anos.....</i>	p. 18
1.3. <i>Infância de 2 a 12 anos.....</i>	p. 23
1.4. <i>Há diferença entre Estado Natural e primeira infância?.....</i>	p. 26
CAPÍTULO II – Estado de natureza e estado social no <i>Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens</i>.....	p. 38
2.1. <i>Estado Natural</i>	p. 39
2.2. <i>Estado Civil.....</i>	p. 48
CAPÍTULO III – A relação do conceito de natureza nas obras <i>Discurso e Emílio</i> e a importância da afetividade para a boa educação.....	p. 56
3.1. <i>A relação entre o princípio da bondade natural e a mudança dos afetos.....</i>	p. 56
3.2. <i>Educação na primeira infância como preservação do <i>amor de si</i>.....</i>	p. 61
CONCLUSÃO.....	p. 70
REFERÊNCIAS.....	p. 72

INTRODUÇÃO

Em *Emílio, ou da educação*, Rousseau diz que a boa educação é aquela que respeita as fases naturais do desenvolvimento humano, quais sejam, infância, adolescência e fase adulta. Ademais, diz que a formação adequada ao homem, aquela que é capaz de protegê-lo da degeneração na sociedade, é a que respeita o princípio natural presente em todo este processo. Neste sentido, aponta para a necessidade de se esclarecer a diferença entre o Estado Natural e o Estado Social, panorama necessário à compreensão da origem dos vícios sociais responsáveis pela corrupção do homem. No entanto, na obra, *Discurso Sobre a Origem E os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, onde desdobra tal diferença, Rousseau apresenta um conceito de natureza diferente do conceito atrelado à infância em sua obra-prima *Emílio, ou da educação*. Esse problema é evidenciado por estudiosos do pensamento rousseauiano, os quais indicam que não há uma ideia fixa de natureza no filósofo. Tendo em vista a importância do conceito de Primeira Infância para a formação do homem livre em Rousseau, e da concepção de natureza ser indispensável para uma compreensão sólida de sua proposta pedagógica, propomos aqui uma pesquisa voltada a esse tema.

Como se sabe, as reflexões sobre a infância estão presentes em sua obra-prima: *Emílio, ou da Educação* (1762). Nela, Rousseau constrói a estória de Emílio que, com a ajuda de um preceptor, é educado conforme as fases naturais do homem, quais sejam, a *infância*, a *adolescência*, e a fase *adulta*. De acordo com o filósofo, somente nesta última fase, o homem alcançaria uma autonomia necessária para a vida em sociedade, constantemente classificada por ele como sendo um ambiente hostil responsável pelo processo de corrupção e degeneração do caráter do homem.

Em suas “reflexões e observações”¹ a respeito do que chama de uma “boa educação” (1992, p.5), Rousseau parte do entendimento que existem três, por assim dizer, *elementos* pelos quais podemos alcançar a “formação”, a saber, *educação da natureza*, *educação dos homens*, e a *educação das coisas*. A formação advinda da natureza consiste no desenvolvimento natural e fisiológico dos órgãos. Este tipo de formação, usando as palavras do autor, “não depende de nós” (ROUSSEAU, 1992, p.11). A educação dos homens é o aprendizado advindo do “exterior”, cujo objetivo seria o aprimoramento e o

¹ Cf. ROUSSEAU, 1992, p. 5.

uso do conhecimento da função natural anteriormente falada. Por fim, a educação adquirida “das coisas” é o conhecimento que passamos a ter através da experiência. Deste modo, a “boa educação”, de acordo com o pensador, é a que favorece a junção dessas três formações do homem, ao passo que a má seria a completa desarmonia entre elas.²

Grosso modo, como vimos acima, a base primordial e independente da interferência do homem é a educação *natural*. A *educação dos homens*, aquela que depende de nós, ou seja, a qual podemos intervir, é adequada à medida que aprimora a *educação natural*. Porém, tal intervenção, quando não é adequada ao que Rousseau idealiza, passa a contribuir negativamente para a formação do homem, inculcando-lhe, então, os chamados vícios sociais.

Constantemente vemos que o filósofo genebrino estabelece uma diferença entre o homem natural e o homem civil. Mais que uma simples diferença, Rousseau diz que, enquanto o homem natural seria tudo para si, o homem civil seria fracionado num corpo social. Em suas palavras:

O homem natural é tudo para ele; é a unidade numérica, é o absoluto total, que não tem relação senão consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil não passa de uma unidade fracionária presa ao denominador e cujo valor está em relação com o todo, que é o corpo social. [...]. (ROUSSEAU, 1992, p. 13).

Nesta dicotomia entre a concepção natural e civil do homem, somos levados a vislumbrar que, quanto mais próximos da natureza, mais adequadamente existiríamos. No entanto, alhures, o contratualista diz que na sociedade, aquele que escolhe a “[...] primazia da natureza, não sabe o que quer. [...]” (ROUSSEAU, 1992, p.13), assim, vivendo numa contradição, numa oscilação entre o dever e suas inclinações, “[...] não será bom nem para si nem para outrem. [...]” (Idem). Evitar essas contradições, segundo Rousseau, significaria dirimir os obstáculos que impedem a felicidade do homem.³

Outro ponto que causa dificuldade de compreensão da relação entre o aspecto natural e o social do homem, é a resposta que o pensador dá à sua pergunta retórica sobre o que devemos fazer para formar o homem de acordo com sua natureza: “[...] impedir que nada seja feito. [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 15).

Ora, por mais que tenhamos visto o autor de *Emilio* indicar que o homem natural é tudo para si e que, em relação ao homem civil, é um ser fragmentado, podemos ver logo em seguida afirmar que o homem que age na primazia da natureza, não sabe o que quer,

² Cf. ROUSSEAU, 1992, p.11.

³ Cf. Ibidem, p. 15.

vive numa contradição, e numa impossibilidade de ser bom. Além disso, aponta como “solução” para a infelicidade do homem, que é oriunda das contradições entre os estados natural e social, a passividade, isto é, “impedir que alguma coisa seja feita”.

A partir disso, como poderíamos alcançar a compreensão de uma boa educação, a qual, ao conciliar o natural e o social, seria responsável tanto pela autonomia, quanto pela felicidade do homem na sociedade, se Rousseau, em um momento, indica que nada deve ser feito para impedir a influência da natureza, e em outro, diz não ser aconselhável deixarmos que a natureza prevaleça no homem social?

Para ser possível respondermos tais questões, devemos entender de modo mais detido qual a diferença entre o homem natural e o homem social, para então, podermos compreender como ambos se conectam e favorecem a verdadeira educação que permite a liberdade do cidadão. Somente entendendo em que consiste a educação para a vida autônoma na sociedade poderemos compreender o porquê da sociedade ser potencialmente capaz de corromper o indivíduo.

No Capítulo I, *O conceito de natureza e o entendimento da educação na primeira infância*, veremos que, já ao nascer, a criança começa a se instruir pelos seus próprios sentidos; também, que é na mais tenra idade que os vícios são ensinados. Compreenderemos a importância de tratar a criança de acordo com a sua fase, cuidando para que não sejam criadas barreiras em seu caminho de aprendizado, o qual resultará de sua própria experiência.

No Capítulo II, *Estado de natureza e estado social no Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, será apresentada a concepção de Rousseau concernente à passagem do homem, de natural para o social, o que nos permitirá entender que os vícios da vida em sociedade são oriundos de uma mudança fundamental dos afetos, que ocorre entre os sentimentos de *piedade* e de *amor próprio*.

No Capítulo III, *A relação do conceito de natureza nas obras Discurso e Emílio e a importância da afetividade para a boa educação*, veremos que há um ponto comum no conceito de natureza em ambas as obras, a saber, a disposição afetiva genuína denominada *amor de si*, a qual deve ser preservada.

A partir disso, podemos concluir que a educação de acordo com a natureza deve ser fundamentada na preservação dos sentimentos e dos afetos genuínos e intrínsecos à essência humana. Assim, no contexto rousseauiano, podemos entender que, quanto ao homem degenerado, devemos resgatar o *amor de si* em meio às paixões e aos vícios

adquiridos pela má intervenção humana; no tocante aos infantes, tal sentimento deve ser preservado de acordo com as etapas de seu desenvolvimento natural.

CAPÍTULO I

O conceito de natureza e o entendimento da educação na primeira infância.

Pretendemos, neste capítulo, fazer uma breve análise dos livros 1 e 2 da obra *Emílio ou da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau, que tratam, especificamente, da infância, compreendida entre 0 e 12 anos de idade. Nosso objetivo, com isso, é investigar e compreender a importância da infância para a formação do homem, uma vez que, como veremos, a conservação da fase natural da infância tem a possibilidade de dar ao homem uma formação sem vícios.

Sabemos que, para o autor, a formação humana advém de três tipos de mestres, quais sejam: “a educação da natureza, a educação dos homens e a educação das coisas”; somente pela junção das mesmas poderia o homem ser “bem educado”.

Cada um de nós é portanto formado por três espécies de mestres. O aluno em quem as diversas lições desses mestres se contrariam é mal educado e nunca estará de acordo consigo mesmo; aquele em quem todas visam os mesmos pontos e tendem para os mesmos fins, vai sozinho a seu objetivo e vive em consequência. Somente esse é bem educado” (ROUSSEAU, 1992, p. 11)

Podemos ver que, para Rousseau (1992), a educação é aquela que respeita as fases naturais do desenvolvimento humano. Estas fases são a infância, a adolescência e a adulta. De acordo, com o filósofo, somente nesta última fase o homem alcançaria a autonomia necessária para a vida em sociedade, a qual, comumente, se apresenta como um ambiente hostil e responsável pelo processo de corrupção e degeneração do seu caráter. Com essa perspectiva, podemos perceber que o processo educacional, em Rousseau, tem como premissa a formação humana de acordo com a ordem natural da vida.

Neste sentido, vemos que, para que o homem seja bem educado, é necessário respeitar as fases naturais do desenvolvimento humano, o qual começa pela infância. Tal importância se dá pelo fato de a infância ser a fase na qual estaríamos mais próximos da genuína natureza e, portanto, sem os vícios e a interferência dos outros. É preciso que as especificidades da infância sejam consideradas dentro do percurso natural da vida para que, assim, se conserve a genuína natureza que, posteriormente, resultará num adulto não corrompido. Para Rousseau, o homem que vive na sociedade é o resultado de um processo que causou sua degeneração, ou seja, distanciou-se de seu estado natural. O maior desafio

do mestre da educação, portanto, é o de formar indivíduos de acordo com sua natureza, cuidando para que os vícios da sociedade não “os ensine” antes do percurso natural de suas fases, fazendo com que, em nome de um futuro incerto, seja o seu presente sacrificado.⁴

Para que o educador respeite o processo natural é preciso que ele entenda o conceito de natureza na infância e como ele se relaciona com a boa educação. Com essa intenção, seguiremos com as seções desse capítulo.

1.1 *A relação da natureza com o conceito de boa educação*

Como vimos no início desse capítulo, em *Emílio, ou da educação*, Rousseau diz que a “boa educação”, a que permite o homem ser “bem educado”, é aquela que respeita as fases naturais do desenvolvimento humano, compreendidas como infância, adolescência e fase adulta. O respeito a essas fases naturais permite ao homem alcançar a autonomia necessária para a vida em sociedade que, na visão de Rousseau, é um ambiente de relação hostil, uma vez que promove e cultiva hábitos que são responsáveis pelo processo de corrupção e degeneração do caráter do homem. Como ressalta Guimarães (2004, p. 125), “Dessa sociedade, só se recebem *injustiça e miséria*. Negá-la, ou melhor, evitar que as gerações novas aprendam com as atuais tudo que foi construído sob ponto de vista moral, consiste em grande feito.”.

Para o homem ser bem educado, segundo Rousseau (1992), além das fases naturais acima mencionadas, quais sejam, infância, adolescência e adulta, há uma importante tríade elementar para a formação do homem: a *educação da natureza*, a *educação dos homens*, e a *educação das coisas*.

Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. (ROUSSEAU, 1992, p. 11).

⁴ “A grande tarefa do mestre referente à educação do indivíduo consiste em cuidar para que nada que provenha da sociedade lhe seja ensinado, pois ela sacrifica o presente em nome de um futuro incerto: “Ouço de longe os clamores dessa falsa sabedoria que nos bota incessantemente fora de nós, menospreza sempre o presente e que, visando sempre um futuro que de nós se afasta na medida em que avançamos, à força de nos transportar para onde não estamos nos transporta para onde nunca estaremos”. (Cf. GUIMARÃES, 2004, p. 148, apud Rousseau, 1992, p.61).

A perfeita harmonia entre estes tipos, ou modos de educação, seria indispensável para o alcance da boa educação. Conforme o autor, “a obra prima de uma boa educação está em fazer um homem razoável” (ROUSSEAU, 1992, p.74). O respeito ao desenvolvimento natural consiste na responsabilidade do preceptor em cuidar e preservar a forma original, agindo e guiando conforme suas necessidades. Para isso, é necessário seguir ao apelo da natureza, isto é, tratar a criança como criança, entender que ela tem formas e características específicas e, portanto, maneiras distintas de ver e se relacionar com o mundo.

De modo geral, a formação advinda da natureza consiste no desenvolvimento natural e fisiológico do ser humano. Este tipo de formação, usando as palavras do autor, “não depende de nós” (ROUSSEAU, 1992, p.11), uma vez que é uma ação autônoma pertencente não somente ao homem, mas a todos os animais; por exemplo, no tocante ao desenvolvimento dos órgãos, uma ação independente de qualquer vontade.

Ora, dessas três educações diferentes a da natureza não depende de nós; a das coisas só em certos pontos depende. A dos homens é a única de que somos realmente senhores e ainda assim só o somos por suposição [...].

Sendo portanto a educação uma arte, torna-se quase impossível que alcance êxito total, porquanto a ação necessária a esse êxito não depende de ninguém. Tudo o que se pode fazer a força de cuidados, é aproximar-se mais ou menos da meta, mais é preciso sorte para atingi-la.

Que meta será essa? A própria meta da natureza; isso acaba de ser provado. Dado que a ação das três educações é necessária à sua perfeição, é para aquela sobre a qual nada podemos que cumpre orientar as duas outras. [...]. (ROUSSEAU, 1992, p. 11)

A educação dos homens pode ser concebida como sendo o aprendizado advindo do exterior, cujo objetivo seria o aprimoramento e o uso do conhecimento da função natural anteriormente falada. Quer dizer, quando damos a devida liberdade à criança para correr, subir em árvores, se comunicar à distância em alto e bom som, por exemplo, estamos cooperando para o aprimoramento da natureza na perspectiva do desenvolvimento das forças naturais. O excesso de cuidado dos pais para com os filhos, por exemplo, nesta perspectiva, seria prejudicial à formação da criança, por limitar o aprimoramento de seus atributos naturais.

Por fim, podemos compreender que a educação adquirida das coisas é o conhecimento que passamos a ter através da experiência, isto é, do pleno e livre usufruir das funções naturais. Em outras palavras, a educação das coisas advém quando não se intervém na proteção excessiva e, por meio disso, a criança tem o contato com o necessário do mundo exterior para seu desenvolvimento.

Neste sentido, a boa educação, de acordo com o pensador, é aquela que favorece a junção dessas três formações do homem, ao passo que a má seria a completa desarmonia entre elas.

Cada um de nós é, portanto, formado de três espécies de mestres. O aluno em que as diversas lições desses mestres se contrariam é mal educado e nunca estará de acordo consigo mesmo: aquele em que todas visam os mesmos pontos e tendem para os mesmos fins, vai sozinho a seu objetivo e vive em consequência. Somente esse é bem educado. (ROUSSEAU, 1992, p. 11).

Como pode ser percebido, os três modos de educação vistos acima, apontam para a importância da natureza, seja na manutenção, seja no desenvolvimento no processo de formação. Sendo assim, nos deteremos a seguir em como Rousseau compreende a manutenção e o desenvolvimento natural da criança, em especial, no âmbito da primeira infância. A razão de nosso enquadramento na primeira fase da formação do homem se justifica pelo o que se segue. Se a boa educação deve estar de acordo com a natureza nas três fases da educação (natural, das coisas e dos homens), sempre com a atenção de manter em harmonia essas fases, a infância seria a fase em que estaríamos mais próximos da natureza genuína, sem os vícios e interferências dos outros. Sendo nosso propósito entender o conceito de natureza para melhor entender como adotar o cultivo e desenvolvimento da mais adequada educação para o homem, precisamos nos deter no período de formação infantil.

1.2 Primeira fase da infância: 0 a 2 anos.

A infância é o período compreendido da vida humana que vai do nascimento até, aproximadamente, cerca de 12 anos, início da adolescência. Etimologicamente, “infância” tem origem no latim, *infantia*, que vem do verbo *fari*, que em português significa *falar*. Grosso modo, na constituição da palavra *infância*, temos *fan*, que corresponde ao *falante* e *in*, que constitui a negação, o que nos permite entender que infância significa e se diz daquele que, ainda, não fala. Contudo, se pensarmos em seu sentido grego, infância (*paidia*) tem a ver com jogo, divertimento, tendo também conexão com outra palavra grega, *paidéia*, que significa educação, formação e conhecimento.⁵

Para Rousseau (1992), a infância, entendida como o primeiro período da vida humana, está dividida em duas fases. A primeira fase, corresponde à idade de 0 a 2 anos;

⁵ Cf. PEREIRA, 1998, pp.421; 908.

a segunda fase, dos 2 aos 12 anos. Esta segunda fase, embora a criança já apresente sinais de fala, continua sendo denominada como infância, até que se inicie a fase da adolescência.

A primeira fase é compreendida pela idade das necessidades, pois “com a vida começam as necessidades”. Neste período da vida, a criança precisa do auxílio de outra pessoa para o seu desenvolvimento. Este processo está intrinsecamente relacionado aos sentidos.

O mal-estar das necessidades exprime-se por sinais quando o auxílio de outrem é necessário para apazigua-lo: daí os gritos das crianças. Elas choram muito; assim deve ser. Como todas suas sensações são afetivas, quando são agradáveis elas apreciam em silêncio; quando penosas, elas o dizem em sua linguagem e pedem alívio. [...]. (ROUSSEAU, 1992, p.45).

Nesta fase, a forma de se comunicar e de se relacionar com os outros se estabelece através do choro, que é compreendido como a sua primeira linguagem no processo natural da vida. Em suas palavras: [...]. Procurou-se durante muito tempo saber se haveria uma língua natural e comum a todos os homens. Sem dúvida há uma: a que as crianças falam antes de saberem falar. Essa língua não é articulada, mas é acentuada, sonora, inteligível. (ROUSSEAU, 1992, p.45).

Esta fase da vida é caracterizada, por Rousseau, como a fase das sensações. Sua necessidade maior é o crescimento e o fortalecimento físico. Com efeito, o exercício do corpo e dos sentidos, nessa fase, seria o mais importante, uma vez que todas as forças devem estar em consonância com a natureza, cujo maior desejo é desenvolver e nutrir o corpo.

Os principais preceptores, no início da vida, segundo o autor, são os pais da criança. Eles fazem parte da vida da criança até mesmo antes de nascer. Consequentemente, serão os responsáveis por lhes atribuírem costumes e hábitos; sobretudo, a mãe, a qual, nesse caso, exerce um papel fundamental. Para o autor, as mães que não amamentam seus filhos, desprezando-os e entregando-os a outros, não atendem ao apelo da natureza:

[...] Quereis fazer com que todos se atenham a seus deveres? Começai pelas mães; ficareis espantados com as mudanças que provocareis. Tudo provém sucessivamente dessa primeira depravação: toda ordem moral se altera; o natural se apaga em todos os corações; [...]

Mas as mães que concordem em amamentar seus filhos e os costumes reformar-se-ão sozinhos, os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações; o Estado se repovoará. (ROUSSEAU, 1992, pp. 20-21)

A primeira infância, por isso, é a fase fundamental, pois está mais próxima do estado natural do homem, estado esse que, conforme o autor, deve ser preservado e respeitado no processo de educação: “Quereis que se conserve sua forma original? Conservai a partir do instante em que vem ao mundo. Logo ao nascer apropriai-vos dele, não o largueis antes de que seja homem: nada conseguireis sem isso [...]” (ROUSSEAU, 1992 p. 24). Fazendo isto, ou seja, conservando o estado natural da criança já ao nascer, segundo Rousseau, faz com que ela seja, no futuro, um adulto feliz. Vale salientar que, no presente contexto, o sentido do termo felicidade significa a harmonia entre o desejar e o poder. Somente por meio do equilíbrio de ambos poderá ser um homem forte:

Assim é que a natureza que tudo o que faz da melhor maneira, o institui inicialmente. Ela só lhe dá imediato os desejos necessários a sua conservação e as faculdades suficientes para satisfazer. Ela põe todas as outras como que em reserva no fundo de sua alma para desenvolverem aí se preciso. É somente em um estado primitivo que o equilíbrio do poder e do desejo se encontra e que o homem não é infeliz. (ROUSSEAU, 1992, p. 62)

Entendemos, com isso, que, para Rousseau, as forças físicas e os desejos, os quais são dados pela natureza, devem ser respeitados ao longo do tempo, principalmente, na infância. Ao obedecer a essa ordem natural, permitiremos que suas virtudes sejam cultivadas. Consequentemente, isso permitirá, além de um bom relacionamento na vida adulta, também a felicidade, pois, de acordo com o pensador, a felicidade está em viver conforme o equilíbrio do poder e do desejo. Se houver um desequilíbrio nessa ordem natural, por estímulos, por fatores externos advindos daqueles que orientam a criança, segundo o autor, isso instaurará a infelicidade humana.

Na busca por formar o homem, o mais próximo possível de sua natureza genuína, Rousseau nos convida a respeitar a infância: “[...] Respeitai a infância e não vos apresseis em julgá-la bem ou mal [...] Deixai a natureza agir durante muito, antes de procurardes agir em lugar dela, a fim de não contrariardes suas operações. [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 97). É preciso nos esforçarmos para sua preservação desde o nascimento. O respeito à infância parte do entendimento de que ela é primordial para o desenvolvimento humano.

É preciso considerar que, em cada fase da vida, somos dotados de particularidades. Assim é a fase da primeira infância. Devemos entender e considerar suas especificidades e limitações. “A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada é menos sensato do que querer substituí-las pelas nossas.” (ROUSSEAU, 1992, p. 75).

O autor enfatiza que, antes de sermos adultos, devemos ser criança; esse é um desejo da natureza: “A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de ser homens. Se quisermos perturbar essa ordem, produziremos frutos precoces, que não terão maturação nem sabor e não tardarão em corromper-se [...]. (ROUSSEAU, 1992, p. 75).

Rousseau entende a infância como uma fase em que a natureza constituiu a criança como dependente, fraca e que necessita de outro. “A natureza fez as crianças para serem amadas e socorridas” (ROUSSEAU, 1992, p. 72). Cabe ao adulto o papel de cuidar e orientá-la, atendendo suas necessidades e dando garantia para sua conservação.

Como o primeiro estado do homem é de miséria e fraqueza, suas primeiras vozes são de queixas e de choros. A criança sente suas necessidades e, não podendo satisfazê-las, implora o auxílio de outrem com gritos; se tem fome ou sede, chora; se sente frio ou muito calor, chora; quer dormir e a agitam, chora. Quanto menos sua maneira de ser se acha à sua disposição, mas ela pede constantemente que a mudem. Só tem uma linguagem porque não tem, por assim dizer, senão espécie de mal-estar: nas imperfeições de seus órgãos não distingue suas diversas impressões; todos os males já lhe dão uma sensação de dor. (ROUSSEAU, 1992, p. 46).

Na primeira fase da vida, as primeiras sensações são afetivas, isto é, as crianças choram ou silenciam, à medida em que suas necessidades são atendidas. Como diz Rousseau (1992, p.23), “ao nascer, uma criança grita; sua primeira infância passa a chorar”. Desta maneira, o choro se configura como a primeira linguagem da criança, pois é o modo como elas se comunicam e se relacionam com o mundo. Assim, “Desses choros que imaginamos tão pouco dignos de atenção, nasce a primeira relação do homem com tudo o que o cerca: forja-se o primeiro elo dessa grande cadeia de que é formada a ordem social” (ROUSSEAU, 1992, p. 46). O choro, neste sentido, é a manifestação, por parte da criança, de um desejo, ou de uma necessidade. Nossa relação com essa linguagem da criança é extremamente importante, pois nela está a causa, tanto do cultivo do que lhe é natural, quanto do descaminho de sua degeneração.

Isso reflete o entendimento de Rousseau no sentido de que a criança deve ser educada para que seus desejos estejam em conformidade com o que suas forças podem alcançar. Inculcar demasiadamente os desejos nas crianças, fazendo com que elas usem mal suas forças, conseqüentemente, acarretará num descontentamento inevitável por parte dessas crianças, uma vez que elas não conseguirão tudo o que irão querer.

Em que consiste a sabedoria humana ou o caminho da felicidade verdadeira? Não consiste precisamente em diminuir nossos desejos, pois se encontrassem abaixo de nossas forças, parte de nossas faculdades permaneceria ociosa e não gozaríamos de todo nosso ser. Nem consiste tampouco em ampliar nossas faculdades, pois, se estas ampliassem as mesmas proporções, mais miseráveis

ainda seríamos. Ela consiste, certo, em perfeita igualdade o poder e a vontade. É somente então que, estando nossas forças em ação, a alma permanece contudo serena e que o homem se acha bem ordenado.” (ROUSSEAU, 1992, p.62).

De acordo com a perspectiva rousseauiana, é preciso estar atento à linguagem da criança e, cuidadosamente, analisar seus sinais. Para que seja possível distinguir os desejos que são oriundos da natureza, é preciso tomar cuidado para que os choros de solicitações não se tornem ordens.

Os primeiros choros das crianças são solicitações: se não tomamos cuidado, logo se tornam ordens; começam pedindo assistências, acabam fazendo-se servir. Assim sua própria fraqueza, de que provém inicialmente o sentimento de sua dependência, nasce a seguir a idéia de império, de domínio; mas essa idéia sendo menos provocada por suas necessidades do que por nossos serviços, começam-se a perceber os efeitos morais cuja causa imediata não está na natureza; e vê-se desde já por que, desde a primeira infância, importa descobrir a intenção secreta que dita o gesto ou o grito. (ROUSSEAU, 1992, p. 47).

A linguagem natural do choro permite que a criança seja atendida e não pereça. Neste sentido, diz Rousseau (1992, p.22) “Observai a natureza e segui o caminho que ela vos indica. Ela exercita continuamente as crianças; [...] ela ensina-lhes desde cedo o que é pena e dor.” A natureza, de maneira geral, exercita a criança em suas sensações mediante ao prazer e a dor. Até mesmo pode sofrer de modo demasiado, pois levam tempo para formar as representações de que os objetos são algo externo. De acordo com a passagem a seguir, podemos entender que nem tudo está ao alcance da mão das crianças; nem tudo é para ela ter como seu. Atender aos desejos da criança ao ter perto de si tudo que está ao redor, podemos estar fortalecendo um hábito que pode interferir na harmonia entre o desejo e o poder.

As primeiras sensações das crianças são puramente afetivas; não percebem senão o prazer e a dor. Não podendo nem andar, nem pegar, precisam de muito tempo para formarem pouco a pouco as sensações representativas que lhes mostram os objetos fora de si mesmas; mas enquanto esses objetos não se estendem, não se afastam, por assim dizer, de seus olhos, e tomam para eles dimensões e formas, a repetição das sensações afetivas começa a submetê-los ao império do hábito (ROUSSEAU, 1992, p. 45).

A criança deve perceber que precisa do outro para algo necessário, algo que ela ainda não é capaz de fazer. Quer dizer, o hábito não pode incutir na criança que o outro, simplesmente, deve ser enxergado como um instrumento de sua vontade. Ao contrário, ela tem que compreender o outro como um importante auxiliador dada as circunstâncias e os limites inerentes à própria infância. Isso é importante para fomentar o anseio por uma

força, por uma autonomia, que lhe proporcione a liberdade em fazer algo com suas próprias mãos. Neste sentido, diz Rousseau:

[...] Como tudo que entra no conhecimento humano entra pelos sentidos, a primeira razão do homem é uma razão perceptiva; ela é que serve de base à razão intelectual: nossos primeiros mestres de filosofia são nossos pés, nossas mãos, nossos olhos. Substituir tudo isso por livros não é ensinar-nos a raciocinar, é ensinar-nos a nos servirmos da razão de outrem; é ensinar-nos a acreditarmos muito e a nunca sabermos coisa alguma. (ROUSSEAU, 1992, p. 121).

Podemos entender, pela passagem acima, a importância, na perspectiva de Rousseau, dos sentidos como fundamentação do conhecimento. Eles são compreendidos por razão perceptiva, que é a primeira e, portanto, o fundamento da razão intelectual. Por isso diz que os nossos primeiros filósofos são os nossos pés, mãos e olhos. Devemos dar liberdade para experimentação dos sentidos das crianças, antes de ensiná-los a “raciocinar”, quer dizer, antes de ensiná-los através do pensamento e da experiência de outros.

Tendo, desta maneira, cultivado sua razão perceptiva, agora, a criança está apta a desenvolver uma fase diferente do conhecimento. Por isso, como veremos a seguir, o autor defende que o “raciocínio” só deve ser iniciado na educação após os 12 anos de idade, respeitando-se, com isso, a maturação natural da criança e seus frutos não serão dados precocemente.⁶

1.3 Infância de 2 a 12 anos.

Nesta segunda fase da infância, a qual Rousseau chamou de *idade da natureza*, pelo fato de a criança já começar a falar, o choro acontece com menores frequências. O choro, que pode ser compreendido como a linguagem primitiva, nesta fase é substituído por uma nova linguagem, ou seja, a fala. Neste sentido, diz Rousseau:

Quando as crianças começam a falar, choram menos. Esse progresso é natural: uma linguagem é substituída por outra. Desde que podem dizer que sofrem com palavras, por que o diriam com gritos, a não ser quando a dor é demasiado viva para que a palavra a possa exprimir? Se continuam então a chorar, a culpa cabe às pessoas que as cercam. (ROUSSEAU, 1992, p. 58).

⁶ Cf. ROUSSEAU, 1992, p. 130.

Neste período da infância, o autor afirma que o sofrimento faz parte da liberdade, pois a criança livre, anda, corre, brinca etc., e nessa liberdade, ela corre o risco de se machucar. Por isso, o filósofo diz que “sofrer é a primeira coisa que se deve aprender” (ROUSSEAU, 1992, p. 59). Ademais, “[...] É nessa idade que se têm as primeiras lições de coragem e que, experimentando sem pavor dores ligeiras, se aprende gradualmente a suportar as grandes.” (ROUSSEAU, 1992, p. 59). De acordo com o pensador genebrino, suportar os males da vida favorece o desenvolvimento natural da criança. A natureza “enrijece seu temperamento mediante as experiências de toda espécie [...]. Assim:

O destino do homem é sofrer em qualquer época. O próprio cuidado de sua conservação está ligado à dor. Felizes os que só conhecem na infância os males físicos, males bem menos cruéis bem menos dolorosos do que os outros e que bem mais raramente do que eles fazem renunciar à vida! (ROUSSEAU, 1992, p.23)

Outrossim, nessa fase, a criança já começa a ter consciência de si mesma; isso se dá por meio da autopercepção de suas forças. Isto é, ao tomar conhecimento do desenvolvimento de suas forças, a criança é capaz de guiar-se, dependendo menos dos outros. Em linhas gerais, para o filósofo, a independência e a liberdade, neste período da vida, estão relacionadas à força e à sua percepção. Nas palavras de Rousseau:

[...] Podendo mais por si mesmas sentem necessidade menor de recorrer a outrem. Com sua força desenvolve-se o conhecimento que as põe em estado de dirigi-la. É nesse segundo período que começa propriamente a vida do indivíduo; é então que a criança toma consciência de si mesma. A memória projeta o sentimento de sua identidade em todos os momentos de sua existência; ela torna-se verdadeiramente uma, e mesma, e por conseguinte já é capaz de felicidade ou miséria. [...]. (1992, p. 60).

A criança está preparada, tanto para a felicidade, quanto para a miséria, quando começa a ser consciente de si, algo que é, fundamentalmente, dado pela consciência de suas forças. A felicidade, segundo o filósofo, se dá pela harmonia do desejo e da força:

Em que consiste o caminho da felicidade verdadeira? Não consiste primeiramente em diminuir nossos desejos, pois se se encontram abaixo de nossas forças, parte de nossas faculdades permaneceria ociosa e não gozaríamos de todo nosso ser. Nem consiste tampouco em ampliar nossas faculdades, pois, se estas ampliassem nas mesmas proporções, mais miseráveis ainda seríamos. Ela consiste, certo, em diminuir os desejos sobre as faculdades e a pôr em perfeita igualdade o poder e a vontade. É somente então que, estando todas as forças em ação, a alma permanece serena e o homem se acha bem ordenado. Assim é que a natureza, que tudo faz da melhor maneira, o institui inicialmente. Ela só lhe dá de imediato os desejos necessários a sua conservação a as faculdades suficientes para os satisfazer.[...] quanto mais o homem permanece perto de sua condição natural, mais a diferença de suas faculdades com seus desejos se faz pequena e menos, por conseguinte, ele se acha longe de ser feliz. (ROUSSEAU, 1992, pp. 62-63).

Grosso modo, felicidade é fazer aquilo que se pode; é desejar segundo nossas forças; é querer o que se pode ter. Nas palavras de Rousseau (1992, p. 67), “[...] O homem realmente livre só quer o que pode e faz o que lhe apraz.” Isso, todavia, se aplica também na infância, não obstante ser preciso considerar “a criança na criança”. Isto é, devemos respeitar cada fase do seu desenvolvimento, compreendendo-a de acordo com seu momento de desenvolvimento. Respeitar a característica própria da criança, é aceitar que sua maneira de viver, conviver, e existir no mundo são diferentes da maneira do adulto.

Logo:

[...] a felicidade das crianças, bem como a dos homens, consiste no emprego de sua liberdade; mas essa liberdade, nas primeiras, é limitada pela sua fraqueza. Quem quer que faça o que deseja é feliz, se se bastar a si mesmo: é o caso do homem vivendo em seu estado natural. Quem quer faça o que deseja não será feliz se suas necessidades ultrapassarem suas forças: é o caso da criança no mesmo estado. As crianças não gozam, mesmo em seu estado natural, senão de uma liberdade imperfeita, semelhante a de que gozam os homens na sociedade. [...] (ROUSSEAU, 1992, p.68)

Com isto, podemos perceber, de modo geral, que a primeira liberdade, a partir do entendimento do autor, é a liberdade na infância, que é, fundamentalmente, uma liberdade física que ressalta a sua fraqueza, pois, sendo um ser em desenvolvimento físico, depende de um adulto para orientá-la. O que não deve ser visto com um olhar negativo, essa condição natural da criança aponta para o afeto necessário que devemos dispensar-lhes. Nas palavras de Rousseau (1992, p.72), essa disposição natural “fez as crianças para serem amadas e socorridas.” O adulto não deve intervir em sua liberdade natural, a natureza tem meios para fortalecer o corpo e fazê-lo crescer e não deve ser contrariada. Os movimentos são guiados pela necessidade de seu corpo e são sempre úteis, pois, “[...] Quando a vontade não é viciada por nossa culpa, ela não quer nada inutilmente.” A isto o autor salienta:

[...]. Os primeiros movimentos da natureza são sempre retos: não existe perversidade original no coração do humano; não se encontra neste nenhum só vício que não se possa dizer como e por onde entrou. A única paixão natural no homem é o amor de si mesmo, ou o amor próprio tomado num sentido amplo. Esse amor próprio em si, ou relativamente a nós, é bom e útil; e como não tem relação necessária com outrem, é, deste ponto de vista, naturalmente indiferente; só se torna bom ou mau pelas aplicações que dele se fazem ou pelas relações que se lhe dão. Até que o guia do amor próprio, que é a razão, possa nascer, importa, portanto, que uma criança não faça nada porque é vista ou ouvida, nada em suma relação aos outros, mas tão-somente o que a natureza dela exige; e então ela só fará o bem. (ROUSSEAU, 1992, p. 78).

Vimos até aqui a importância do fortalecimento dos sentidos na infância e como é imprescindível a adequada liberdade para que ela experimente a sua existência. Com isso, será possível a autoconsciência da força, algo indispensável para o seu próprio reconhecimento como indivíduo. Somente assim, será possível estar preparada para a felicidade, ou para a miséria. A felicidade depende da perfeita harmonização do desejo e do poder. A criança terá mais chances de ser um adulto feliz ao conhecer suas forças. Por isso, os primeiros movimentos naturais estão em um único sentido de conservação e bem-estar; os primeiros sentimentos estão concentrados em nós mesmos e os primeiros deveres são exclusivamente para conosco.⁷

1.4 *Há diferença entre Estado Natural e primeira infância?*

Como vimos, para que o homem não se curve aos males sociais, que favorecem a degenerescência de sua natureza, faz-se necessário uma educação advinda de três elementos: a educação da natureza, a educação dos homens e por último a educação das coisas. O conjunto dessas três educações são essenciais para que se alcance a formação e resultaria na autonomia do homem na vida social. De acordo com Rousseau, tal educação deve estar comprometida com a “preservação” e não, propriamente, com o “ensino”. O preceptor neste sentido, deve, antes de tudo, cuidar para que nada seja feito, isto é, para que nada venha interferir no aprendizado que a criança adquire da natureza, período compreendido como a “primeira infância”.

Já ao nascer, começamos por nós mesmos a ser instruídos. E caso haja obstrução a esse aprendizado natural, oriundo das adversidades inerentes a própria condição de estar vivo, seremos fracos, limitados, e desejosos de coisas que estão para além do que de fato podemos. “Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação.” (ROUSSEAU, 1992, p. 10). Isso, que num primeiro momento pode ser tomado como um comportamento inofensivo do homem, para Rousseau, é a origem dos males da sociedade e, portanto, a base para a formação do homem tirânico, mesquinho e mau. Neste sentido, se faz

⁷ Cf. ROUSSEAU, 1992, p.84, 85.

necessário a educação ser iniciada logo ao nascer. “Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas” (ROUSSEAU, 1992, p. 11)

Para Rousseau (1992), o homem, por amar a deformidade, rejeita tudo que a natureza originalmente lhe oferece, e assim, passa a degenerar tudo em que puder colocar a sua mão. Esse comportamento corrompido a si mesmo atinge, uma vez que o homem natural, é moldado, como uma árvore bem podada num jardim,⁸ para ser útil, para ser um homem social. A isto, o autor compara a criança como uma planta que precisa ser regada e cultivada pela educação.

Amanham-se as plantas pela cultura e os homens pela educação. Se o homem nascesse grande e forte, seu porte e sua força seriam inúteis até que ele tivesse aprendido a deles servir-se. Ser-lhe-iam prejudiciais, impedindo os outros de pensar em assisti-lo e, abandonado a si mesmo, ele morreria de miséria antes de ter conhecido suas necessidades. Deplora-se o estado da infância; não se vê que a raça humana teria perecido se o homem não começasse sendo criança. (ROUSSEAU, 1992, p. 10).

Mas quem é este homem que deve estar de acordo com o estado de natureza, portanto, longe dos preconceitos, dos vícios, e da autoridade das instituições às quais sufocam e encobrem seu estado originário? Além disso, podemos nos perguntar, qual seria a educação adequada que, ao invés de deformar o homem para, depois, dar-lhe outra forma contrária à natural, faria com que o mantivesse em sua essência, de acordo com o que deve ser? Com a intenção de aclarar essas questões, devemos nos ater ao que Rousseau entende por natureza do homem.

À primeira vista, dizer que a natureza abarca tanto a vida, quanto a morte, pode parecer algo elementar e, até mesmo, absolutamente evidente e trivial. Porém, ao lermos as palavras de Rousseau, nos damos conta da ingênua e desapercibida valoração que damos a esses conceitos. Diz o contratualista:

Não se pensa senão em conservar a criança; não basta; deve-se-lhe ensinar a conservar-se em sendo homem, a suportar os golpes da sorte, a enfrentar a opulência e a miséria, a viver, se necessário, nos gelos da Islândia o no rochedo escaldante de Malta. Por maiores precauções que tomeis para que não morra, terá contudo que morrer. E ainda que sua morte não fosse obra de vossos cuidados, ainda assim estes seriam mal entendidos. Trata-se menos de impedi-la de morrer que de fazê-la viver. Viver não é respirar, é agir; é fazer uso de nossos órgãos, de nossos sentidos, de nossas faculdades, de todas as partes de nós mesmos que nos dão o sentimento de nossa existência. O homem que mais vive não é aquele que conta maior número de anos e sim o que mais sente a vida. Há quem seja enterrado a cem anos e que já morrera ao nascer. Teria ganho em ir ao túmulo na mocidade, se ao menos tivesse vivido até então. (ROUSSEAU, 1992, pp. 16, 17).

⁸ Cf. ROUSSEAU, 1992, p. 9.

Estar aberto à vida em toda a sua fruição, em todas as experiências e sentimentos, principalmente aos ligados à infância, é fundamental para a boa educação que, segundo o filósofo, consiste em “melhor suportar os bens e os males desta vida” (ROUSSEAU, 1992, p. 16).

Observai a natureza e segui o caminho que ela vos indica. Ela exercita continuamente as crianças; ela enrijece seu temperamento mediante experiências de toda espécie; ela ensina-lhes desde cedo o que é pena e dor. Os dentes que apontam dão-lhes febre; as cólicas agudas dão-lhes convulsões; as tosses prolongadas sufocam-nos; os vermes atormentam-nos; a plethora corrompe-lhes o sangue; fermentações diversas neste se manifestam e provocam erupções perigosas. Quase toda a primeira infância é doença e perigo: metade das crianças que nascem morre antes dos oito anos. Passando pelas provações, a criança adquiriu forças; e desde logo que pode usar a vida, mais seguro se torna o princípio dela. (ROUSSEAU, 1992, p. 22).

Portanto, o primeiro passo para aprender a educar é a compreender a condição humana e a sua sujeição natural aos bens e aos males inerentes à experiência. Vivendo, nos instruímos; nos educamos a partir de nós mesmos; e “nosso primeiro preceptor é nossa ama” (ROUSSEAU, 1992, p. 16).

Na ação de proteger a criança dos males físicos da vida, quais sejam, doenças, acidentes, quedas, etc., se escondem graves erros que transparecerão a longo prazo.⁹ De acordo com Rousseau, menor são os males físicos comparados ao erro de, em evitá-los, não permitir que a primeira infância assim os ensine naturalmente. Segundo o autor, “Sofrer é a primeira coisa que se deve aprender e a que terá mais necessidade de saber.” (ROUSSEAU, 1992, p. 59).

Inerente à infância são os gritos e os choros, uma vez que o seu primeiro estado é o da fraqueza e, com efeito, o da dependência. Assim, o choro, que pode ser por fome ou por dor, por assim dizer, é a primeira voz comunicativa do bebê. O choro, entendido como a linguagem do infante, é o instrumento pelo qual a criança, em sua mais tenra idade, se relaciona com o mundo.

No entanto, pelo caráter subjetivo dessa linguagem, interferimos, muitas das vezes, com admoestações, com punições excessivas, ou, de modo contrário, com adulações e mimos, com o objetivo de que se cale o quanto antes. Deste modo, “[...] ou fazemos o que lhe agrada, ou dela exigimos o que nos agrada [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 23). Essa interferência, por vezes, é compreendida como sendo um ingênuo educar, um

⁹ Falaremos deles mais à frente.

comportamento natural, algo que todos assim o fazem. Mas para Rousseau, esses castigos, ou paparicos, podem ser a origem de toda a degeneração social:

[...] Ou nos submetemos a suas fantasias ou a submetemos às nossas: não há meio termo, é preciso que nos dê ordens ou que as receba. Assim, suas primeiras idéias são de império ou de servidão. Antes de saber falar ele manda, antes de poder agir ela obedece; e não raro castigam-na antes que ela possa conhecer seus erros. Ou os cometer. E assim é que se inculcam em seu jovem coração as paixões imputadas a seguir à natureza e que, depois de ter se esforçado por torná-la má, a gente se queixa de descobri-la má. [...] depois de ter abafado o natural com paixões que se incitam, entrega-se esse ser factício nas mãos de um preceptor, o qual acaba de desenvolver os germens artificiais que já encontra formados e lhe ensina tudo menos a se conhecer, menos a tirar proveito de si mesmo, menos a saber viver bem e se tornar feliz. Finalmente quando essa criança, escrava e tirana, cheia de conhecimentos e desprovida de sentidos, igualmente débil de corpo e de alma, é jogada no mundo mostrando sua inépcia, seu orgulho e todos os seus vícios, ela faz com que se deplorem a miséria e a perversidade humanas. Enganamo-nos: esse é o homem de nossa fantasia, o da natureza é diferente. (ROUSSEAU, 1992, pp. 23, 24.).

Para evitar esses males, deve-se conservar a forma original da criança, e isto deve ser feito tão logo ao nascer. “[...] Conservai a criança tão-somente na dependência das coisas; tereis seguido a ordem da natureza nos progressos de sua educação.” (ROUSSEAU, 1992, p. 69). Ou seja, isso significa que devemos cultivar o natural, que é a essência da linguagem do infante: atender as eventuais solicitações do choro somente no sentido de suprir a dependência da criança e não, pura e simplesmente, usar qualquer artifício para que, o quanto antes, ela se cale. Essa tênue interferência é a responsável pela mudança dos afetos, tema que veremos mais à frente, ponto nevrálgico no qual se identifica o que deve ser preservado de acordo com a natureza.

No mais das vezes, os mais próximos da genuína criança são os pais. Sendo assim, eles podem, tanto lhe inculcar os primeiros vícios, quanto serem seus maiores e melhores preceptores. Por isso, o filho “[...] será mais bem educado por um pai judicioso e limitado do que pelo mais hábil preceptor do mundo, porquanto o zelo substituirá mais o talento do que o talento o zelo.” (ROUSSEAU, 1992, p. 24).

Vale salientar que, segundo Rousseau, quando os pais, seja pelo excessivo trabalho do cotidiano, ou apenas pela comodidade, se isentam da tarefa árdua que são os primeiros cuidados para com o infante, ao entregar seus filhos ao cuidado de outros, acaba por proporcionar, com isso, um ambiente favorável para a proliferação da degeneração da formação do homem natural que, por ter sido iniciada desde da tenra idade, se torna um erro quase que incontornável. O filósofo nos lembra que a criança entregue aos cuidados de outrem, ao receber seu alimento da ama de leite, por exemplo, tem uma

ligação muito forte de afeto nessa ligação, algo que naturalmente, era para ser o papel de sua mãe. Todavia, a mãe não querendo que o amor entre ela e seu filho seja substituído pelo de sua ama (apenas as dores, o trabalho e o cansaço sejam transferidos), ensina a seu filho a ingratidão e o desprezo para com a sua cuidadora. Deste modo, a criança passa a compreender que a ama é uma escrava, que está para lhe agradar e lhe servir a seu bel prazer; um modo de proceder que acaba por tornar, como diz Rousseau, um filho desgraçado:

Sabeis qual o meio mais seguro de tornar vosso filho desgraçado? Acostumá-lo a tudo conseguir; pois, crescendo incessantemente seus desejos com a facilidade de satisfazê-los, mais cedo ou mais tarde a impossibilidade de atendê-lo vos forçará à recusa; e essa recusa, não habitual, lhe dará mais aborrecimento do que a própria privação do que ele deseja. Primeiramente ele desejará vossa bengala; depois irá querer vosso relógio; a seguir o pássaro voando; mais tarde a estrela brilhando; e desejará tudo o que vir. A menos de ser Deus como o contentaríeis? (ROUSSEAU, 1992, p. 71).

A educação consiste menos em atender desejos do que fazer com que a criança consiga o que lhe é apenas necessário. Rousseau entende como o necessário o ato provocar na criança uma percepção de que ela depende dos outros, uma vez que não tem forças suficientes para conseguir o que quer. Com efeito, ela deve sentir-se incomodada com tal situação, querendo, o quanto antes, adquirir forças necessárias para dispensar a ajuda de outrem, e com isso, sentir-se livre. Neste sentido, diz Rousseau:

Nossa mania pedante de educar é sempre a de ensinar às crianças o que aprenderiam muito melhor sozinhas e esquecer o que somente nós lhes poderíamos ensinar. [...] Podendo mais por si mesmas sentem necessidade menor de recorrer a outrem. Com sua força desenvolve-se o conhecimento que as põe em estado de dirigi-la. [...]. (1992, pp. 59-60).

Porém, vale ressaltar que os nossos desejos e necessidades devem sempre estar em consonância com as nossas forças; pois ao excedê-las, os desejos são lançados no mundo ilimitado da imaginação.

“O mundo real tem seus limites; o mundo imaginário é infinito. Não podendo alargar um, restringamos o outro, pois é de sua diferença que nascem todas as penas que nos tornam realmente desgraçados. Tirai a força, a saúde, o bom testemunho de si, todos os bens desta vida se encontram na opinião; tirai as dores do corpo e os remorsos da consciência, todos os nossos males são imaginários. [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 63).

Neste sentido, diz também o contratualista:

[...] Um ser sensível, cujas faculdades iguallassem os desejos, seria um ser absolutamente feliz. [...] Não consiste precisamente em diminuir nossos desejos, pois se se encontrassem abaixo de nossas forças, parte de nossas

faculdades permaneceria ociosa e não gozaríamos de todo o nosso ser. Nem consiste tampouco em ampliar nossas faculdades, pois, se estas se ampliassem nas mesmas proporções, mais miseráveis ainda seríamos. Ela consiste, certo, em diminuir o excesso dos desejos sobre as faculdades e a pôr em perfeita igualdade o poder e a vontade. É somente então que, estando todas as forças em ação, a alma permanece contudo serena e que o homem se acha bem ordenado. (ROUSSEAU, 1992, p. 62).

Até aqui, podemos entender que o cultivo da natureza implica no equilíbrio do homem, quanto à harmonia entre os desejos e a força, necessários ao seu modo de ser no mundo. Romper com esta lei harmônica exigida pela natureza resulta na infelicidade do homem, uma vez que se instaura o desequilíbrio entre a sua vontade e a sua potência.

Assim, a educação que tem por objetivo a realização dos desejos de modo descompassado em relação às faculdades e às forças do indivíduo, mais desordenam do que formam o homem. Além disso, ao ofertar ao sujeito um bem imediato e ilusório em troca daquilo que compreendem como sendo o mal físico natural – que, em verdade, é o que nos educa, e nos faz homens adaptáveis a todas as circunstâncias da vida – acaba por lhes ensinar o que não é bom nem pra si, nem para a sociedade.¹⁰

Como vimos, somos instruídos desde muito cedo, já ao nascermos, antes mesmo de sermos capazes de compreender algo (ROUSSEAU, 1992, p. 42). Isso porque na criança prevalecem as sensações, principalmente as de prazer e as de dor. Elas levam muito tempo para começarem a perceber os objetos externos e interagirem com eles e com o mundo. Por isso, sempre devemos observar e ter em mente a realidade do estado infantil e a sua natural progressão. “[...] A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas; a infância tem o seu na ordem da vida humana; é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. [...]” (ROUSSEAU, 1992 p. 62). Em outras palavras, as crianças não são “homens pequenos”. Sentem, pensam, falam, se comportam, e têm desejos e gostos de crianças, e não de adultos. Assim, Rousseau entende que, de acordo com a ordem da natureza, a criança tem que ser criança antes de ser homem, ou seja, a criança não pode ser compreendida e tratada como um homem de pouca estatura, ou de pouca razão. A infância deve ser analisada e cuidada a partir dela mesma, em respeito à sua natureza.

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de ser homens. Se quisermos perturbar essa ordem, produziremos frutos precoces, que não terão maturação nem sabor e não tardarão em corromper-se; teremos jovens doutores e crianças velhas. A infância tem maneiras de ver, de pensar, de sentir que lhe são próprias; nada menos sensato do que querer substituí-las pelas nossas; e seria o mesmo exigir que uma criança tivesse cinco pés de altura do que juízo

¹⁰ Cf. ROUSSEAU, 1992, p. 29.

aos dez anos. Com efeito, que lhe adiantaria ter razão nessa idade? [...]. (ROUSSEAU, 1992, p. 75).

Em *Emilio*, a essência da educação não se restringe, simplesmente, ao ensinar, mas, sobretudo, ao preservar. Isso tem a ver com a “educação negativa” proposta pelo pensador. Ela é diferente da compreensão presente nas instituições que têm pressa em tornar o aluno, o quanto antes, preparado para ser alguém na vida, como, por exemplo, doutores, engenheiros, advogados etc. Segundo essa compreensão, diz Rousseau, é que “[...] pais e mestres nunca acham cedo demais para ralhar, corrigir, repreender, lisonjear, ameaçar, prometer, instruir, apelar para a razão. [...]” (1992, p. 80). Essa é a concepção de educação positiva cujas instituições que a representam, na pressa de formar profissões, ensinam às crianças o que deveria ser ensinado aos adultos, com isso, acabam por fazer com que seus espíritos amadureçam antes do tempo.

Ao contrário dessa educação positiva, Rousseau propõe resguardar o aluno de todos os vícios que a sociedade oferece, evitando, com isso, que tais ensinamentos e erros aconteçam. Deste modo, devemos “[...] não ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 80). Neste sentido, diz:

Chamo de educação positiva à que tende a formar prematuramente o espírito da criança e instruí-la nos deveres de homem. Chamo e considero educação negativa aquela que tende a aperfeiçoar os órgãos, que são os instrumentos do conhecimento, antes de dar este conhecimento diretamente, e que busca preparar o caminho para a razão, pelo exercício adequado dos sentidos. Uma educação negativa não significa um período de indolência; longe disto. Ela não dá virtude, protege contra o vício; não inculca a verdade, protege contra o erro. Dispõe a criança para que tome o caminho que conduzirá à verdade, quando chegar a idade de compreendê-la; e o da bondade, quando adquirir a faculdade de reconhece-la e amá-la. (ROUSSEAU, 1762 *apud* MONROE, 1979, p. 260)

Antes de aprender o que é a virtude ou a verdade, o preceptor deve manter seu pupilo longe do vício e do erro, pois, desse modo, o fortalece. Por exemplo, as crianças não têm a intenção de fazer o bem, ou o mal, nem, naturalmente, assim o fazem. Esta divisão entre o que é bom e o que é mau vem da razão.¹¹ Rousseau (1992) afirma que a criança dá esmola a mando do pai, ou da mãe, para que possa aprender, desde cedo, o valor do altruísmo e da caridade. Mas elas agem sem saber exatamente o valor de tal

¹¹ “Somente a razão nos ensina a conhecer o bem e o mal. A consciência que nos faz amar um e odiar o outro, embora independente da razão, não pode pois desenvolver-se sem ela. [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 48).

ação.¹² Ou seja, mais prejudica do que ajuda tentar ensinar às crianças o que elas ainda não estão prontas a entender.

Neste prisma, erra o mestre que usa palavras demais para instruir uma criança. O ato professoral, pelo uso vultuoso de palavras que não são de compreensão da criança, se mostra somente como palavrório e verborragia. De acordo com o autor de *Emílio*, devido à exposição, desde de muito cedo, a esse amontoado de palavras, começamos a nos acostumar com palavras que não entendemos, como se o cérebro, desde a tenra idade, buscando o menor esforço, captasse apenas o necessário para a compreensão de algo, descartando as “palavras novas”, ou inusitadas. “[...] O aluno ouve na escola a parolagem do mestre como ouve nas fraldas a tagarelice de sua ama. [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 53).¹³ Assim, Rousseau exorta aos mestres:

Mestres diligentes e dedicados, sede simples, discretos: não vos apresseis jamais em agir a não ser para impedir que outros ajam. Repetirei-o sempre: abandonai, se necessário, uma boa instrução, de medo de dar uma prejudicial. Nesta terá, onde a natureza teria criado o primeiro paraíso do homem, temei exercer a função do tentador em querendo dar à inocência o conhecimento do bem e do mal. Não podendo impedir que a criança se instrua fora, através de exemplos, cingi vossa vigilância em imprimir esses exemplos no seu espírito sob o aspecto que lhe convém. [...] Não posso cansar-me de dizer que para ser o mestre da criança é preciso ser seu próprio mestre. [...]. (1992, pp. 83, 84).

Para Rousseau, a educação que almeja formar o homem livre e feliz deve levar em consideração a compreensão das limitações e das possibilidades do indivíduo. Desta maneira, deve conduzir seus esforços para que o sujeito queira segundo suas forças. Somente assim, o homem estará livre para querer de acordo com sua vontade natural e, com efeito, será bom.¹⁴ Apenas a criança má é fraca. É fraca pois não age segundo suas forças. Ao verem os adultos que lhes cercam fazem deles instrumento de suas vontades, se servem deles para que suas fraquezas sejam supridas, agindo pelas mãos dos outros. Vale ressaltar que Rousseau, com isso, não quer dizer que a criança não seja forte o suficiente para ser benevolente e ceda a uma vontade inata do mal a qual não pode conter. É fraca, pois não a deixaram ser forte; é fraca porque não foi devidamente respeitada e cultivada em sua infância. Se a fortalecermos, ela será boa. (ROUSSEAU, 1992, p. 48) e isso só será possível com a boa educação:

Conservai a criança tão somente na dependência das coisas; tereis seguido a ordem da natureza nos progressos de sua educação. Não ofereçais jamais a suas

¹² Cf. ROUSSEAU, 1992, p. 92.

¹³ “De início, têm as crianças, por assim dizer, uma gramática de sua idade, cuja sintaxe tem regras mais gerais do que a nossa. (ROUSSEAU, 1992, p. 53).

¹⁴ Cf. ROUSSEAU, 1992, p. 67.

vontades indiscretas senão obstáculos físicos ou castigos que nasçam das próprias ações e de que ela se lembre oportunamente. Sem proibi-la errar, basta que se a impeça de fazê-lo. Só a experiência e a impotência devem ser para ela leis. Não façais nenhuma concessão a seus desejos porque ela o pede e sim quando tiver necessidade disso. Que ela não saiba o que é obediência quando age, nem o que é domínio quando por ela agem. Que sinta igualmente sua liberdade nas ações dela e nas vossas. Supri a força que lhe falta, precisamente na medida em que dela se mostra necessitada para ser livre e não autoritária; que, recebendo vossos serviços como uma espécie de humilhação, ela aspire ao momento em que possa dispensá-los e em que terá de servir sozinha. (ROUSSEAU, 1992, p. 69).

Portanto, compreender e respeitar a infância implica em agir de forma que o infante, ao receber ajuda, perceba a sua condição, e por meio dela seja motivado a superar suas próprias dificuldades e limitações. Somente assim, se tornará forte; desejará o que pode conseguir por sua própria força. Quando crescer, será diferente dos homens que, por não terem vivido adequadamente sua infância, mais parecem crianças velhas. Também será diferente das crianças que são homens já ao nascerem (ROUSSEAU, 1992, p. 95).

Se, ao contrário, a criança passar a entender o outro como sendo um instrumento para a realização de suas vontades e, com isso, encontrar prazer no mando e na comodidade de conseguir o que bem quiser sem esforço, se instaurará o desequilíbrio da ordem natural das coisas e, conseqüentemente, um ambiente propício para proliferação dos vícios originários do homem social:

Ao mesmo tempo que o Autor da natureza dá às crianças esse princípio ativo, ele cuida de que seja pouco nocivo outorgando-lhes pouca força para que a ele se entregue. Mas logo que elas podem encarar as pessoas que as cercam como instrumentos que depende delas fazer com que ajam, deles elas se servem para seguir sua tendência e suprir a sua própria fraqueza. Eis como elas se tornam incomodadas, tirânicas, voluntariosas, maldosas, indomáveis; progresso que não lhes vem de uma vontade natural de domínio e sim que lhes dá essa vontade; pois não é necessária uma longa experiência para sentir a que ponto é agradável agir pelas mãos de outrem e não ser preciso se não mexer a língua para movimentar o universo. (ROUSSEAU, 1992, p. 49).

Dizendo mais uma vez. O homem livre é aquele que só quer o que pode (ROUSSEAU, 1992, p. 67), pois age de acordo com suas próprias forças. Para o pensador, *grosso modo*, essa liberdade é a diretriz fundamental da educação, a qual deve ser aplicada principalmente à infância. Por consequência, as outras possíveis regras da educação dela decorrerão. (ROUSSEAU, 1992, p. 67).

A sociedade, pelo contrário, age retirando essa força do homem, uma vez que não educa conforme a natureza, sendo a causa do surgimento dos vícios¹⁵. Desta maneira, o homem social se encontra num ciclo degenerativo: deseja coisas para além de sua força; fraco, passa a desejar mais do que pode ter. Conseqüentemente, atua em sociedade com vistas a conseguir alcançar seus desejos supérfluos, desejos que despertam cada vez mais desvios de carácter, fazendo surgir pessoas tirânicas, arrogantes e maldosas. Nestas condições sociais, como um professor, um preceptor, ou um pai, produto de uma sociedade degenerada, poderá educar e preservar adequadamente a criança?

Com a intenção de melhor entender a condição do homem social em contraposição ao homem natural, diferença essa estabelecida no *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*, não encontramos o mesmo conceito de natureza tratado no *Emílio*. No *Discurso*, apresenta-se uma natureza hipotética do homem em contraposição ao seu posterior Estado Social e não vemos a abordagem da natureza da criança como no *Emílio*.

O *Discurso*, ao apresentar a diferença entre o *Estado Natural* e o *Social*, nos ajuda a entender melhor as origens dos vícios sociais em contraposição a uma constituição social ideal e natural. E ao indicar a necessidade de uma educação adequada que permitirá ao homem ser livre e autônomo, elementos indispensáveis para a sua não corrupção no corpo social, se conecta à *Emílio*. Mas, por outro lado, com relação ao conceito de natureza, não vemos uma conexão entre as obras. A propósito, podemos ver com Santos que isto não se trata de um mero problema. Ela afirma que o conceito de natureza trazido à baila quando da educação infantil em *Emílio* não é o mesmo abordado no *Discurso*.

[...] Em *Emílio*, apesar da reverência e da referência da natureza na primeira infância do seu aluno, à medida em que esse cresce e se torna homem, a função da natureza vai reduzindo-se. [...] mesmo na educação infantil de Emílio, a natureza requisitada não foi a mesma do *Segundo Discurso*. Neste *Discurso*, a natureza era desencadeada por catástrofes (terremotos, separação dos continentes) e em *Emílio* e o *Contrato social* a natureza já está pacificada. [...] As grandes catástrofes servem como cenário no *Segundo Discurso* para ilustrar a vida do homem primitivo. Mas, quando o homem se culturaliza a natureza se ordena. Emílio é um ser educado para a sociedade, e nesse sentido a natureza deve ilustrar o ideal de sociedade: ordem e perfeição. (SANTOS, 2011, p.22)

¹⁵ “A sociedade fez o homem mais fraco, não somente lhe tirando o direito que tinha sobre suas próprias forças, como também as tornando insuficientes. Eis porque seus desejos se multiplicam com sua fraqueza e eis o que faz a fraqueza da infância [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 67).

Ademais, aponta que Rosset, em a *Antinatureza*, afirma que não há conceito de natureza em Rousseau além do que ele próprio cria e dá sentido.

[...] o filósofo Rosset (1989) em poucas palavras, aponta que em Rousseau não há a ideia de natureza, pois Rousseau, contrariamente aos que muitos consideram, recusa o que é natural. Denega a natureza e cria uma outra natureza, a que lhe satisfaz. Para Rosset, Rousseau deve ser visto mais como exímio artificialista, do que como apologista da pura natureza. (SANTOS, 2011, p.24.)

Desta maneira, ficamos com a questão: como podemos compreender o conceito de educação para a autonomia do homem, cujo respeito à natureza, em especial, no âmbito da primeira infância, é indispensável para a adequada formação, uma vez que a ideia de natureza no filósofo pode ser arbitrária, quando não, cambiável?

Apesar de termos avançado na compreensão da educação na fase infantil, não conseguimos vislumbrar como a natureza seria decisiva, nesta fase, para a autonomia do homem face à possível degeneração em suas relações na sociedade.

Além disso, não entendemos quando, em certos momentos, o filósofo genebrino estabelece uma oposição entre o homem natural e o homem civil. Por exemplo, no excerto abaixo podemos ver Rousseau dizer que o homem natural seria tudo para si, enquanto o homem civil seria fracionado num corpo social:

O homem natural é tudo para ele; é a unidade numérica, é o absoluto total, que não tem relação senão consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil não passa de uma unidade fracionária presa ao denominador e cujo valor está em relação com o todo, que é o corpo social. [...]. (ROUSSEAU, 1992, p. 13).

Nesta dicotomia somos levados a vislumbrar que, quanto mais próximos da natureza, mais adequadamente existiríamos. No entanto, em outra parte do texto, o contratualista diz que na sociedade, aquele que escolhe a “[...] primazia da natureza, não sabe o que quer. [...]” (ROUSSEAU, 1992, p.13), assim, vivendo numa contradição, numa oscilação entre o dever e suas inclinações, “[...] não será bom nem para si nem para outrem. [...]” (Idem). Evitar essas contradições, segundo Rousseau, significaria dirimir os obstáculos que impedem a felicidade do homem.

Dessas contradições nascem as que experimentamos sem cessar em nós mesmos. Arrastados pela natureza e pelos homens por caminhos contrários, obrigados a nos desdobrarmos entre tão diversos impulsos, seguimos um, de compromisso, que não nos leva nem a uma nem a outra meta. [...]

Resta enfim, a educação doméstica ou a da natureza, mas que será para os outros um homem unicamente educado para si mesmo? Se o duplo objetivo que se propõe pudesse porventura reunir-se num só, eliminando essas contradições do homem, eliminar-se-ia um grande obstáculo à sua felicidade. [...]. (ROUSSEAU, 1992, pp.14-15).

Outro ponto que causa dificuldade de compreensão da relação entre o aspecto natural e o social do homem, é a resposta que o pensador dá à sua pergunta retórica sobre o que devemos fazer para formar o homem de acordo com sua natureza: “[...] impedir que nada seja feito. [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 15).

Ora, por mais que tenhamos visto o autor de *Emílio* indicar que o homem natural é tudo para si e que, em relação ao homem civil, é um ser fragmentado, podemos ver logo em seguida afirmar que o homem que age na primazia da natureza, não sabe o que quer, vive numa contradição, e numa impossibilidade de ser bom. Além disso, aponta como solução para a infelicidade do homem, que é oriunda das contradições entre os estados natural e social, a passividade, isto é, impedir que alguma coisa seja feita.

Dado ao exposto, nos encontramos face a um impasse. Como podemos alcançar a compreensão de uma boa educação, a que, ao conciliar o natural e o social, seria responsável tanto pela autonomia, quanto pela felicidade do homem na sociedade, se Rousseau, por um lado, indica que nada deve ser feito para que se venha impedir a influência da natureza, e por outro, diz não ser aconselhável deixarmos que a natureza prevaleça no homem social? A boa educação deve, ou não, preconizar a prevalência da natureza em seu processo de formação do homem?

No próximo capítulo, com a intenção de esclarecer a diferença entre o homem natural e o homem social, trabalharemos com a obra *Discurso* que, como se é sabido, é anterior a *Emílio*. Pretendemos com isso, compreender uma aparente contradição do filósofo com relação ao conceito de natureza. Precisamos entender como o estado natural pode favorecer a verdadeira educação, a qual permitirá a liberdade do cidadão na sociedade. Somente entendendo em que consiste a educação para a vida autônoma na sociedade poderemos compreender o porquê de ela ser potencialmente capaz de corromper o indivíduo.

CAPITULO II

Estado de natureza e estado social no *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*.

No sentido de entender melhor a essência da boa educação em Rousseau, vimos que o conceito de natureza é fundamental, pois está presente em todo o processo de formação do homem. Contudo, ao passo que parece evidente que devemos nos aproximar do homem natural, não está claro quando Rousseau afirma, como vimos, que aquele que escolhe a “[...] primazia da natureza, não sabe o que quer. [...]” (ROUSSEAU, 1992, p.13).

Neste sentido, recorreremos à sua obra anterior ao *Emílio, Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*¹⁶. Nela, o filósofo trata da diferença entre o Estado Natural e o Estado Social, diferença necessária à compreensão da origem dos vícios sociais responsáveis pela corrupção do homem.

Porém, no *Discurso* onde desdobra tal diferença, Rousseau apresenta um conceito de natureza diferente do conceito atrelado à infância em sua obra-prima *Emílio, ou da educação*. Veremos que estudiosos do pensamento rousseauiano evidenciam essa questão em Rousseau, e indicam que não há uma ideia fixa de natureza no filósofo. Tendo em vista a importância do conceito de Primeira Infância para a formação do homem livre em Rousseau, e da concepção de natureza ser indispensável para uma compreensão sólida de sua proposta pedagógica, vejamos como o *Segundo Discurso* nos ajuda em nosso trabalho.

O estado de natureza ou estado natural é descrito por Rousseau como um estado no qual o homem vivia feliz. Seria o estado originário, primitivo, no qual o homem vivia em total felicidade e bastava-se a si mesmo, com efeito, não necessitava dos outros. Todavia, esse estado é hipotético:

Não é, pois, fácil empreendimento distinguir o que há de originário e de artificial na atual natureza do homem e conhecer profundamente um estado que não mais existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente não existirá jamais e do qual deve-se contudo ter noções corretas para bem julgar o nosso estado presente. (ROUSSEAU, 1991, p.42)

¹⁶ A obra *O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* é intitulada como *Segundo Discurso* pois Rousseau já havia anteriormente escrito o *Discurso sobre as Ciências e das Artes, Primeiro Discurso*, o qual foi vencedor do prêmio da Academia de Dijon, em 1749.

Com intuito de investigar a origem da desigualdade entre os homens, para responder se ela é de origem natural, o autor desenvolve a hipótese do estado de natureza. De acordo com seu estudo, no estado natural há apenas dois tipos de desigualdades: a natural e a física e essas são estabelecidas pela própria natureza, elas se referem as diferentes formas relacionadas ao espírito, corpo, idade, saúde etc., não confere a moral.

O estado natural se apresenta como o estado em que os homens se igualam aos animais, movidos pelo instinto, temem apenas a dor e a fome, agem para manutenção da vida, atendendo a três necessidades de ordem física: a de alimentação, de repouso e de reprodução. Deste modo, as necessidades e desejos são equilibrados. Neste estado, o homem, assim como os outros animais, é possuidor da piedade natural, seria um sentimento de compaixão por sua espécie, logo, preza por sua conservação. Mas em comparação aos outros animais, o homem é um ser vantajoso, porque é constituído da *perfectibilidade*, isto é, é o único ser capaz de transformar-se, de aperfeiçoar-se e modificar-se à medida que lhe surgem novas necessidades.

Como veremos, o homem, no estado social, é caracterizado por uma tênue mudança dos afetos, mudança essa compreendida do *amor de si* para o *amor próprio*. Esse, ao contrário do *amor de si*, que é um sentimento inato ao homem, cujo princípio tem a ver com a preservação e com seu bem-estar, é caracterizado pela aproximação entre os homens pautada pelo mero interesse.

2.1 *Estado Natural*

Jean Jacques Rousseau, em o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, publicado em 1755, desenvolve o conceito sobre a natureza do homem com o fito de compreender o fenômeno da desigualdade presente nas relações humanas. Esta obra tem seu nascedouro no ano de 1753 quando a Academia de Dijon na França, apresentou em seu concurso a seguinte questão: *Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e é ela autorizada pela lei natural?* Rousseau não sai vencedor, mas a obra publicada em 1755 o coloca dentre os grandes nomes de pensadores da época e de todos os tempos. Neste ensaio, ele se propõe a responder à questão do modo como de fato ele acreditava que deveria ser. Logo no início do *Segundo Discurso* o autor diz: “Não se pode perguntar qual a fonte da desigualdade natural, porque a resposta estaria enunciada na simples definição da palavra.” (ROUSSEAU, 1991, p.235). Rousseau busca

a origem da desigualdade social entre os homens, excluindo a possibilidade de ligação entre desigualdade social e natural. Vejamos.

Há, de acordo com o filósofo, dois tipos de desigualdades. A natural, ou física; e a moral, ou política:

Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural, ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral, ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles. (ROUSSEAU, 1991, p. 235).

Na citação acima vemos claramente como Rousseau pensa e estabelece os diferentes modos de desigualdade. A desigualdade natural é determinada de forma física e biológica, produzindo evidentes e naturais vantagens e desvantagens face às necessidades de manutenção da própria vida. Nessa perspectiva encontram-se as contrariedades rapidez, lentidão; força, fraqueza; alto, baixo: magro, gordo; tão logo percebeu-se essas dificuldades, foi necessário encontrar modos de vencê-las. As desigualdades políticas, por sua vez, são oriundas dos pactos estabelecidos, dos consentimentos e dos acordos, que visam mais do que a vantagem da subsistência, isto é, visam mais o interesse pessoal, o status, a posição e o poder social.

Todavia, tanto investigar a origem da desigualdade natural, quanto a conexão desta com a desigualdade política, não seria adequado. Falar de desigualdade natural equivaleria a dizer a respeito de uma desvantagem de origem, algo por si evidente. No caso da tentativa de busca pelo ponto de ligação que viesse a dar um toque de perfeição na explicação panorâmica sobre as desigualdades (a natural e a moral), poder-se-ia cair no grande equívoco em atribuir o valor político-moral – que é originário dos pactos e das convenções, como vimos – à uma necessidade intrínseca aos indivíduos. Isto, sem dúvidas, daria margem para uma espécie de justificação natural para o mal da desigualdade convencional.

Considerando isso, o propósito do *Segundo Discurso* de Rousseau visa, por assim dizer, demarcar o momento em que o natural foi submetido ao convencional:

De que se trata, pois, precisamente neste Discurso? De assinalar, no progresso das coisas, o momento em que, sucedendo o direito à violência, submeteu-se a natureza à lei: de explicar por que encadeamento de prodígios o forte pôde resolver-se a servir ao fraco, e o povo a comprar uma tranquilidade imaginária pelo preço de uma felicidade real. (ROUSSEAU, 1991, p. 235).

Rousseau distancia-se das concepções filosóficas que não titubearam em encontrar, na natureza humana, não só a noção do justo e do injusto, mas também, outras ideias como a de “opressão, desejo e orgulho” (ROUSSEAU, 1991, p. 236). Ideias como essas, que têm seu nascedouro na sociedade, foram postas, por alguma razão, como tendo origem no Estado Natural. Assim, quando analisavam o ser humano em seu estado originário, “[...] falavam do homem selvagem e descreviam o homem civil” [...] (ROUSSEAU, 1991, p. 236). Nas palavras de NASCIMENTO (2001, p. 206) “E por terem distinguido suficientemente as ideias, e observado o quanto esses povos já estavam longe do primeiro estado de natureza, que muitos se apressam a concluir que o homem é naturalmente cruel [...].”

Apesar de à época a religião ainda ter influência sobre as determinações dos objetos de estudos e de reflexões dos pensadores, Rousseau manteve-se em seus propósitos. Diz o pensador que “[...] a religião nos ordena a crer que, tendo o próprio Deus tirado os homens do estado de natureza logo depois da criação, são eles desiguais por que assim o desejou [...]” (ROUSSEAU, 1991, p. 236). Porém, entende que isto não inibe o aparecimento de dúvidas quanto a um estado do homem natural anterior aos preceitos e ordenamentos dados por Deus. Neste sentido, ou seja, no caminho da dúvida, Rousseau se sente inclinado às investigações a respeito da possibilidade de algo no gênero humano ter sido mudado. Assim, procura a verdade não “nos homens”, mas “na natureza” que nunca mente:

Oh! Homem, de qualquer região que sejas, quaisquer que sejam tuas opiniões, ouve-me; eis tua história como acreditei tê-la lido não nos livros de teus semelhantes, que são mentirosos, mas na natureza que jamais mente. Tudo que estiver nela, será verdadeiro; só será falso aquilo que, sem o querer, tiver misturado de meu. [...]. (ROUSSEAU, 1991, p. 237).

Rousseau rejeita as teorias que influenciavam a sua época referentes ao estado de natureza, bem como, ao homem natural. Contrapondo-se aos filósofos que o precederam e até mesmo de seus contemporâneos, afirma que as descrições feitas por eles falavam do homem civil enquanto pretendiam falar do homem primitivo, o pensador criticava esses autores pela imprecisão, isto é, erraram ao tomar o homem degenerado para falar do homem natural, levaram para ele todos os vícios obtidos pelo homem social. Buscando a resposta para o que seria o direito natural, desenvolve um conceito que possibilita pensar a condição do homem e pensar a sociedade, cria então hipoteticamente o conceito do *homem natural* em sua condição natural, procurando a partir disso observar e compreender a existência humana e o homem no meio social. E para isso, o autor deixa

claro que não pretende representar a realidade, nem mesmo se ater a fatos históricos. O que ele faz é uma construção teórica que permite compreender o homem antes mesmo de seus desenvolvimentos facultativos e antes de seu progresso social.

Comecemos, pois, por afastar todos os fatos, pois eles não se prendem à questão. Não se devem considerar as pesquisas, em que se pode entrar nesse assunto, como verdades históricas, mas somente como raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados a esclarecer a natureza das coisas do que a mostrar a verdadeira origem e semelhantes àquelas que, todos os dias, fazem nossos físicos sobre a formação do mundo. (ROUSSEAU, 1991, p. 236).

Assim, Rousseau pensa o homem natural por meio do processo hipotético da evolução, ou seja, desde o homem primitivo, que vivia solitário, livre e feliz em estado natural, até a chegada do homem social que vive em sociedade. Para Rousseau, o homem é bom por natureza pois, “Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem.” (ROUSSEAU, 1992, p. 9). O que corrompe o homem, portanto, é a sociedade, que o força a afastar-se de seu estado natural, fazendo-o tomar o caminho da perversidade. Para ele, “[...] nada é mais meigo do que o estado primitivo, quando, colocado pela natureza a igual distância da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civil[...].” (ROUSSEAU, 1991, p.264). Deste modo, se faz necessário entender como que o homem em sua forma original, ao sair da mão do autor das coisas, degenerou-se.

Como dito antes, Rousseau usa de raciocínios hipotéticos para descrever o “[...] homem e conhecer profundamente um estado que não mais existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente não existirá jamais e do qual deve-se, contudo, ter noções corretas para bem julgar o nosso estado presente.” (1991, p. 228). No estado primitivo, o primeiro sentimento do homem foi o de sua existência e, portanto, seu único cuidado seria o da conservação da espécie. Ademais, diz que o homem primitivo não seria nem bom nem mal, uma vez que ainda não possuía qualquer espécie de relação de deveres em comum, ou mesmo, relação moral; tampouco, poderia possuir vícios ou virtudes. Podemos perceber, aqui, Rousseau fazendo crítica ao pensamento de Hobbes, o qual entende que o homem é possuidor de uma natureza má. Rousseau, diferentemente de Hobbes, tem em mente que “[...] sendo o estado de natureza aquele no qual o cuidado de nossa conservação é o menos prejudicial ao de outrem, esse estado era, conseqüentemente, o mais propício à paz e o mais conveniente ao gênero humano.” (1991, p. 252). Destarte, para ele, Hobbes erroneamente descreve o homem natural,

atribuindo a ele “[...] uma multidão de paixões que são obra da sociedade e que tornaram as leis necessárias[...].

Todavia, nos diz não temer uma contradição ao conferir ao homem a *piedade* como única virtude natural, uma disposição que o faz compadecer com o sofrer do seu semelhante, pressupondo o reconhecimento de si no outro. Em sua forma pura, a *piedade* faz com que o homem se comova com a dor do outro, seria um escape, uma saída de si e se colocar no lugar do outro. Ademais, o autor qualifica o *amor de si* como o primeiro sentimento do homem, um sentimento que vem antes de tomar consciência de si mesmo e é conforme a natureza, um sentimento inato que conduz o homem ao cuidado de sua conservação. Como podemos ver, esses dois sentimentos, tanto a *piedade*, quanto o *amor de si*, provém da natureza. O primeiro corresponde um sentimento natural que, moderando em cada um a ação do amor de si mesmo, contribui para a conservação de toda a espécie. A *piedade natural* faz com que socorremos aqueles que sofrem, sem qualquer tipo de reflexão, no estado de natureza ela ocupa o lugar das leis, tendo a vantagem de ninguém ser tentado a não obedecer. Dessa disposição natural Rousseau fala: “[...] disposição conveniente aos seres tão fracos e sujeitos a tantos males como somos; virtude tanto mais universal e tanto mais útil ao homem quando nele precede o uso de qualquer reflexão, e tão natural que as próprias bestas às vezes são dela alguns sinais perceptíveis.” (ROUSSEAU, 1991, p. 253).

Rousseau distingue dois momentos no estado de natureza. No primeiro, o homem vivia isolado e, praticamente, como os outros animais, isto é, sendo comandado pela natureza. Seguia seu instinto com vistas a atender apenas suas necessidades. Levava uma vida simples e tranquila. A forma com que se relacionava com os outros era desprovida de qualquer sentimento; era casual e passageira, vivendo quase que independente um do outro. Neste sentido, Rousseau diz que o homem era feliz, pois as necessidades e as condições para supri-las estavam em equilíbrio.

[...] errando pelas florestas, sem industrias, sem palavra, sem domicilio, sem guerra e sem ligação, sem qualquer necessidade de seus semelhantes, bem como sem qualquer desejo de prejudica-los, talvez sem sequer reconhecer alguns deles individualmente, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões e bastando-se a si mesmo, não possuía senão sentimentos e as luzes próprias desse estado, no qual só sentia suas verdadeiras necessidades, só olhava aquilo que acreditava ter interesse de ver[...].(ROUSSEAU, 1991, pp. 256, 257)

No segundo momento, outras necessidades foram surgindo, e os homens que antes viviam isolados, independentes, foram aproximando-se uns dos outros. Novas circunstâncias fizeram com que percebessem que a associação era vantajosa.

Conseqüentemente, experimentaram novos sentimentos. Trataram, então, da convivência, aprimoraram a linguagem, os costumes, reuniam-se em grupos, em choupanas ou embaixo de uma árvore, cantavam, dançavam se distraíam. Ao mesmo tempo que puderam experimentar novos e bons sentimentos, também começaram a ter ciúmes e inveja, cada vez mais próximos passaram a perceber aos outros e a desejarem ser eles próprios. Assim sendo, o olhar do outro começa a ter importância e significado e, portanto, o homem fica dividido entre o ser e parecer, ou em outras palavras, entre o que é e o que desejaria parecer ser. O homem que antes vivia isolado, livre e independente, por inúmeras circunstâncias, quais sejam, as catástrofes climáticas, o lazer etc., associou-se em proveito próprio, mostrando-se diferente do que propriamente era.

É preciso observar, porém, que a sociedade iniciada e as relações já estabelecidas entre os homens exigiam deles qualidades diversas daquelas que deviam à sua constituição primitiva; que começando a moralidade a introduzir-se nas ações humanas, e constituindo cada um perante as leis o único juiz e vingador das ofensas que recebia, a bondade que convinha no estado da natureza não era mais a que convinha à sociedade nascente [...] (ROUSSEAU, 1991,p.264)

No primeiro estado, a primeira característica que o autor compreende no homem é o instinto. Tal característica é desenvolvida no homem com a observação e imitação dos animais que vivem juntos em sua região. Movidos pelo instinto, “[...]com a vantagem de que, se cada espécie não possui senão o seu próprio instinto, o homem, não tendo talvez nenhum que lhe pertença exclusivamente, apropria-se de todos [...]” (ROUSSEAU, 1991, p. 238). Tal qual um animal, aproveitava tudo o que era oferecido pela natureza, e assim, utilizavam todos os recursos advindos necessários para isso. Vivia tranquilo e solitário, provido apenas das faculdades necessárias à sua sobrevivência, atento ao que a natureza lhe impunha, o homem natural era por inteiro, bastava-se a si mesmo, com todas as potencialidades desenvolvidas para suprir todas as necessidades, dependendo pouco de outrem para assegurar sua sobrevivência. Seus sentidos limitam-se tão somente aos estímulos da natureza. “[...] Perceber e sentir será seu primeiro estado, que terá comum com todos os outros animais; querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase únicas operações de sua alma, até que novas circunstâncias nela determinam novos desenvolvimentos.” (ROUSSEAU, 1991, p. 244).

Sendo assim, Rousseau vê que os três elementos essenciais para a manutenção da vida animal são a alimentação, o repouso, e a reprodução, seus únicos temores são a dor

e a fome.¹⁷ Consequentemente, vive o presente sem se quer prever futuras necessidades, nada lhe atormenta, age e vive conforme a natureza ordena e atento ao que é imposto por ela, basta-se a si mesmo, vive por inteiro, com suas potencialidades e forças para atender o que lhe for necessário. Neste primeiro estado:

[...] Deveu-se a uma providência bastante sábia o fato de as faculdades, que ele apenas possuía potencialmente, só poderem desenvolver-se nas ocasiões de se exercerem, a fim de que não se tornassem supérfluas e onerosas antes do tempo, nem tardias e inúteis ao aparecer a necessidade. O homem encontrava-se no instinto todo necessário para viver no estado de natureza: numa razão cultivada só encontra aquilo que necessita. (ROUSSEAU, 1991, p. 251).

O homem, em seu estado natural, participa necessariamente desses elementos, pois não pode viver de um modo que os supere e não tenha aí uma condição vital. Porém, há uma importante diferença que põe em exclusividade o homem em relação aos demais animais. Apesar dele ser menos ágil e mais fraco em comparação aos outros entes autômatos, sua configuração sensorial é mais organizada, e isso acaba por ser sua vantagem sobre eles. Quer dizer, temos o tato, o olfato, o paladar, a audição e a visão, equilibradas, ao passo que alguns animais, ou não têm um desses, ou um é muito mais desenvolvido do que os outros. Deste modo, por não ter um sentido específico que seja determinante em sua vantagem em meio aos outros animais, o ser humano é ainda mais poderoso, pois tem a capacidade de aprimorar os seus sentidos de modo harmônico. Consequentemente, usufruímos melhor nossas vidas pela superação de nossas necessidades:

Despojando esse ser, assim constituído, de todos os dons sobrenaturais que ele pôde receber e de todas as faculdades artificiais que ele só pôde adquirir por meio de progressos muito longos, considerando-o, numa palavra, tal como deve ter saído das mãos da natureza, vejo um animal menos forte do que uns, menos ágil do que outros, mas, em conjunto, organizado de modo mais vantajoso do que todos os demais. Vejo-o fartando-se sob um carvalho, refrigerando-se no primeiro riacho, encontrando seu leito ao pé da mesma árvore que lhe forneceu o repasto e, assim, satisfazendo a todas as suas necessidades. (ROUSSEAU, 1991, p. 238).

Assim, novas necessidades surgem, o que faz o homem se distanciar em muito das necessidades dos animais comuns. O animal, ao que vemos, parece muito mais preso do

¹⁷ “As paixões, por sua vez, encontram sua origem em nossas necessidades e seu progresso em nossos conhecimentos, pois só se pode desejar ou temer as coisas segundo as idéias que delas se possa fazer ou pelo simples impulso da natureza: o homem selvagem, privado de toda espécie de luzes, só se experimenta as paixões desta última espécie, não ultrapassando, pois, seus desejos a suas necessidades físicas (k). Os únicos bens que conhece no universo são a alimentação, uma fêmea e o repouso; os únicos males que teme, a dor e a fome.” (ROUSSEAU, 1991, p. 244).

que nós. Ou seja, o refrescar-se no rio, descansar sob a sombra da árvore, ter conhecimento da gama de alimentos que se pode comer, conhecimento este que permite ao homem transcender à restrição de uma cadeia alimentar, enfim, estes modos de ser que nos são próprios, caracterizam a nossa liberdade, algo que nos leva não a uma superação do Estado Natural, pois este não pode ser abandonado, mas que nos permite usufruir da vida, vivenciar prazeres que não estão ao alcance dos animais, pelo fato destes serem naturalmente indiferentes à liberdade. Assim o autor distingue:

A terra abandonada à fertilidade natural e coberta por florestas imensas, que o machado jamais mutilou, oferece, a cada passo, provisões e abrigos aos animais de qualquer espécie. Os homens, dispersos em seu seio, observam, imitam sua indústria e, assim, elevam-se até o instinto dos animais, com a vantagem de que, se cada espécie não possui senão o seu próprio instinto, o homem, não tendo talvez nenhum que lhe pertença exclusivamente, apropria-se de todos, igualmente se nutre da maioria dos vários alimentos que os outros animais dividem entre si e, conseqüentemente encontra sua subsistência mais facilmente do que qualquer deles poderá conseguir. (ROUSSEAU, 1991, p.238)

Aqui há uma abissal diferença entre a natureza humana e a animal: a liberdade. Sendo aguçado pelas intemperes da natureza, o homem executa suas operações de subsistência mais livremente do que os animais. O animal é guiado por seu instinto, algo assim como uma regra prescrita pela natureza, a qual não lhe dá capacidade de escolha, mesmo quando há vantagem em fazê-la. O homem, por sua vez, escolhe, quer dizer, aceita ou despreza por liberdade. Assim, quando percebe a desvantagem de algo, se afasta, quando vê a vantagem, dela se aproxima.

De fato, a natureza controla todos os animais. Apesar do homem também estar sob seu julgo, tem a grande vantagem do viver melhor em relação aos outros animais. Essa vantagem é a liberdade. É especialmente nessa consciência da liberdade que, como diz Rousseau, a espiritualidade da alma consiste:

[...] Não é, pois, tanto o entendimento quanto a qualidade de agente livre possuída pelo homem que constitui, entre os animais, a distinção específica daquele. A natureza manda em todos os animais e a besta obedece. O homem sofre a mesma influência, mas considera-se livre para concordar ou resistir, e é sobretudo na consciência dessa liberdade que se mostra a espiritualidade de sua alma, pois a física de certo modo explica o mecanismo dos sentidos e a formação das ideias, mas no poder de querer, ou antes, de escolher e no sentimento desse poder só se encontram atos puramente espirituais que de modo algum serão explicados pelas leis da mecânica. (1991, p. 243).

Rousseau reflete sobre a forma como a natureza conferiu os sentidos a todos os animais e ao modo como eles poderiam agir sobre ela. Comparando-os como uma

máquina engenhosa dotados de sentidos que o ajudam na recomposição ou na defesa a tudo que lhe coloque em risco. Assim também é com os homens, porém diferentemente dos outros animais na qual a máquina opera sozinha, os homens por serem agentes livres, executam a sua máquina. Enquanto o animal recusa ou aceita por instinto, o homem assim faz por uma questão de liberdade o que torna possível a realização de uma vida autônoma.

Dentre tantas diferenças que existem entre o homem e o animal a mais evidente é a capacidade de aperfeiçoar-se num curto espaço de tempo. O homem é capaz de modificar-se à medida que se apresente novas necessidades. Com relação a isso, o animal é incapaz, permanecendo o que é desde o início de sua vida até a sua morte.¹⁸

[...] haveria uma qualidade muito específica que os distinguiria e a respeito da qual não pode haver contestação- é a faculdade de aperfeiçoar-se, faculdade que, com auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e se encontra, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo; o animal, pelo contrário, ao fim de alguns meses, é o que será por toda a vida [...]. (ROUSSEAU, 1991, p.243).

A esta capacidade de desenvolvimento e adaptação inerente ao homem, Rousseau chama de *perfectibilidade*, uma disposição que nos permite alcançar, cada vez mais, a superação e o aprimoramento ideal em resposta às adversidades que a vida nos impõe. Quando homem se tornou sabedor da sua condição de agente livre, começou a desviar do que foi posto pela natureza. Rousseau, confere a *perfectibilidade* não somente a degradação, mas por ser a faculdade que leva o homem a desenvolver outras novas faculdades, ela colabora para que o homem se constitua como racional e assim possa desenvolver física e intelectualmente. Quanto a isso, Rousseau diz:

[...] Seria triste, para nós, vermo-nos forçados a convir que seja essa faculdade, distintiva e quase ilimitada a fonte de todos os males do homem; que seja ela que, com o tempo, o tira dessa condição original na qual passaria dias tranquilos e inocentes; que seja ela que, fazendo com que através dos séculos desabrochem suas luzes e erros, seus vícios e virtudes, o torna com o tempo o tirano de si e da natureza[...] (1991, p. 243).

Ademais, é por meio da *perfectibilidade* que podemos alcançar algo que é impossível aos animais, o pensamento através de palavras, a comunicação, e assim, fazer pactos e ter uma vida em sociedade. Neste ponto vemos o limiar e o anúncio do homem civil.

¹⁸ “[...] Assim, um pombo morreria de fome perto de um prato cheio das melhores carnes e um gato sobre um monte de frutas ou de sementes, embora tanto um quanto outro pudessem alimentar-se muito bem como o alimento que desdenham, se fosse atilado para tentá-lo [...]”. (ROUSSEAU, 1991, p. 243).

2.2 Estado Civil.

Como vimos na seção anterior, a *perfectibilidade* é identificada por Rousseau como sendo a característica principal de nossa natureza em relação aos outros animais. Partindo de uma necessidade o homem natural vai se aperfeiçoando, se modificando e progredindo por meio de sua *perfectibilidade*, assim ele consegue solucionar os problemas de seu dia a dia. Esta característica, por exemplo, fez com que o fogo, que antes vinha dos céus por meio dos raios, que ao tocar algum tipo de combustível sobre o solo terrestre, passasse a ser dominado e conservado pelo homem. Esta proeza fez com que ele pudesse, além de se aquecer em noites de inverno, cozinhar seus alimentos. Pelo fato de o processo de cozimento amolecer mais os alimentos, que antes necessitavam de mais tempo, tanto para sua mastigação, quanto para sua digestão, além de comer mais e melhor, por meio disto, obtinham mais nutrientes, o que resultava em mais saúde, mais descanso, em suma, cada vez mais o homem tinha uma vida melhor.

Aprenderam a cultivar a terra do melhor jeito possível, obtendo dela, quantitativa e qualitativamente mais frutos e legumes. Domesticaram os animais a seu bel-prazer. Fizeram deles meio de transporte, auxílio nos afazeres do dia a dia e nas atividades agropecuárias. Como dito antes, “[...]o primeiro sentimento do homem foi o de sua existência, sua primeira preocupação foi de sua conservação.” (ROUSSEAU, 1991, p. 260) sendo assim, a natureza lhe fornecia todos suportes necessários para sua manutenção e conservação. A terra produzia e guiado pelo instinto, o homem, foi capaz de utilizar todo o fornecimento.

À medida que o homem primitivo aumentava sua habilidade com seus machados, martelos, dando formas à madeira, fazendo vários tipos de estacas, manuseava argila, lama, palha, ramos, folhas, etc., passou a construir choupanas, cabanas rústicas, que lhes proporcionavam ainda mais aconchego e proteção. Desta forma, permaneciam mais tempo juntos em cabanas cada vez mais bem-feitas que, com o passar dos anos, passaram a ser expressas por minha casa, ou nossa morada. O que no início era o local para descanso e proteção, passou a ser o palco para o surgimento dos mais belos sentimentos, que vão do amor conjugal e paterno, até as primeiras brigas e intrigas. Com efeito, diz Rousseau (1991, p. 262) “[...] cada família tornou-se uma pequena sociedade [...]”.

Nesse dado momento em que os homens se agrupam, em que nasce o núcleo familiar, e juntos precisam enfrentar circunstâncias adversas e inúmeras dificuldades,

também começam a desenvolver as ideias, a linguagem e a consciência de suas particularidades. Amparados pelo *amor de si*, o desejo e a necessidade do bem-estar, impulsionam a consciência de si. Cuidando um do outro, zelando por sua conservação, o homem conhecendo suas necessidades, reconhece o que lhe traz segurança e o que lhe proporciona o bem-estar, distinguindo do que traz dor e sofrimento. Este momento é chamado por Rousseau de idade do ouro, é considerado por ele como o segundo estado de natureza, o autor supõe que “[...] deve ter sido a época mais feliz e duradoura[...] o melhor para o homem [...]” (ROUSSEAU, 1991, p. 264), pois embora, já estejam num processo de socialização, ainda conseguem usufruir da condição de felicidade do estado de natureza, ainda vivem benefícios de sua integração de condição animal com a própria natureza. Este, para o autor, seria o estado que foi feito para o gênero humano sempre permanecer, era considerado como a verdadeira juventude do mundo, mas que tristemente [...] todos os progressos posteriores foram, aparentemente, outros, tantos passos para a perfeição do indivíduo e, efetivamente, para a decrepitude da espécie.” (ROUSSEAU, 1991, 264).

O modo de convivência neste primeiro momento é ordenado pela natureza, como acontece com a associação entre outros animais, a natureza estabelece uma relação entre eles apenas para satisfazer uma determinada necessidade, limitada por ela. Assim, o homem segue obedecendo a natureza “[...] numa vida simples e solitária, com necessidades muito limitadas e os instrumentos que tinham inventado para satisfazê-las, os homens, gozando de um lazer bem maior, empregaram-no na obtenção de inúmeras espécies de comodidades [...]” (ROUSSEAU, 1991, p. 262). Neste momento ainda não é possível dizer que o homem foi desnaturado, pois embora tenha começado a agrupar, seus desejos e vontades ainda estão em ordem, este período o homem goza do prazer da companhia do outro e o momento em que os laços se estreitam. Conforme Rousseau, durante muito tempo o homem viveu deste modo, foi preciso um grande intervalo para o abandono do homem primitivo. A esse respeito, diz o filósofo genebrino:

Quanto mais se medita sobre esse assunto tanto mais aumenta, aos nossos olhos, a distância entre as puras sensações e os mais simples conhecimentos, sendo impossível conceber-se como um homem teria podido, unicamente por suas forças, sem o auxílio da comunicação e sem premência da necessidade, vencer intervalo tão grande. Quantos séculos talvez tenham decorrido antes de chegarem os homens à altura de ver outro fogo que não do céu! Quantos acasos não lhes foram necessários para aprender os usos mais comuns desse elemento! (ROUSSEAU, 1991, p. 245).

No entanto, estes primeiros progressos industriais do homem, referentes a este momento de socialização, exigem um salto da condição de animal para cultivar e desenvolver os conhecimentos e progressos humanos e um desses desenvolvimentos foi a linguagem, que para Rousseau, condiciona previamente o desenvolvimento das ideias gerais. Além do homem nestes pontos mostrar inúmeras diferenças em relação aos outros animais, há uma diferença essencial, a possibilidade de “construir no espírito ideias gerais”:

Aliás, as ideias gerais só podem introduzir-se no espírito com o auxílio das palavras e o entendimento só as aprende por via de proposições. É essa uma das razões pelas quais não poderão os animais formar tais ideias, nem jamais adquirirem a perfectibilidade que depende delas. [...] (ROUSSEAU, 1991, p. 249).

Naturalmente, com a convivência em grupo, os homens começaram a perceber a possibilidade de novas formas de relações. Conforme suas ideias foram evoluindo, no sentido de progresso na vida em comunidade, houve um avanço na capacidade de criar. Este processo de socialização possibilitou a expansão da consciência humana, das ideias em geral, especialmente da *perfectibilidade*. O homem que antes vivia sobre os desígnios da natureza, procedendo de acordo com as condições postas pela própria natureza, por força da *perfectibilidade* foi capaz de discontentá-la e por isso teve de buscar novos meios de sobreviver. Assim que os homens conseguiram instrumentos ou aperfeiçoaram para melhor viverem, começaram a agir sobre a natureza, obrigando-a a fornecer de acordo com suas próprias vontades. E assim o homem deixa de ser dependente e passa a prover o que necessita, atuando sobre a natureza. Neste sentido, diz Rousseau:

[...] Logo, deixando de adormecer sob a primeira árvore, ou de recolher-se a cavernas, encontrou alguns tipos de machados de pedra duros e cortantes, que serviam para cortar lenha, cavar a terra e fazer choupanas, que logo resolveu cobrir de argila e de lama. (1991, p. 262).

No estado natural, o ser humano responde às necessidades elementares por meio do instinto, mas no estado civil, o indivíduo, pelo fato da liberdade que lhe proporciona o desenvolvimento da *perfectibilidade*, pode, pela suficiência e pelo cultivo da razão, encontrar “[...] aquilo de que necessita para viver em sociedade.” (ROUSSEAU, 1991, p. 251).

A sociedade em sua origem apresentava uma convivência diferente daquela que hoje compreendemos:

Com paixões tão pouco ativas e freio tão salutar, os homens, mais ferozes do que maus e mais preocupados em se defender do mal que possam receber do

que tentados a fazê-lo a outrem, não estavam sujeitos a disputas muito perigosas. Como não tinham entre si nenhuma espécie de comércio, como conseqüentemente não conheciam nem a vaidade, nem a consideração, a estima ou o desprezo como não possuíam a menor noção do teu e do meu, nem qualquer ideia verdadeira de justiça; como consideravam as violências, que podiam tolerar, como um mal fácil de ser reparado e não como uma injúria que deve ser punida; e como não pensavam na vingança senão maquinalmente e no momento, à maneira do cão que morde a pedra que lhe atiram - suas disputas raramente teriam conseqüências sangrentas, se não conhecessem assunto mais excitante do que o alimento.[...] (ROUSSEAU, 1991, p.255).

O homem natural, por não ter preocupação com o futuro, quer dizer, por não ser motivado pelo alcance de metas a longo prazo, vivia inteiramente seu momento presente, guiado pelo seu contato genuíno com a natureza. Foi preciso “[...] milhares de anos para sucessivamente desenvolverem no espirito humano as operações de que era capaz.” (ROUSSEAU, 1991, p. 246). No estado de natureza o homem foi constituído pelo *amor de si*, sentimento que faz com que o homem pensa em preservar sua vida e assegurar seu bem estar, um sentimento intrínseco que não o permitia ser capaz de fazer mal ao outro. Proveniente desse sentimento vem a *piedade*, a compaixão pelo outro, que o permitia se reconhecer como seu semelhante. Porém, o homem natural era tudo para si mesmo. Ou seja, a relação de piedade com o outro era passageira, se desfazia tão logo cessasse sua necessidade. A relação com o outro não apresentava um progresso contínuo.

Com o passar do tempo, as condições naturais favoreceram o desenvolvimento e ampliação das faculdades, à medida que novos desafios surgiam. Quer dizer, face às dificuldades, foi necessário ao homem encontrar meios para vencê-las e superá-las. E isto fez com que percebessem novas relações. O homem começa a notar diferenças entre um e outro, bem como aos animais e aumentaram sua superioridade sobre eles. Conforme iam se observando, começam a identificar-se uns com os outros, do mesmo modo ajuízam suas ações como melhor lhe servem.

[...] As conformidades que o tempo, que o tempo pôde fazê-lo perceber entre eles, sua fêmea e sua própria pessoa, levaram-no a ajuizar aquelas que não percebia e, vendo que todos se comportavam como teria feito em circunstâncias idênticas, concluiu que suas maneiras de pensar e de sentir eram inteiramente conformes à sua. Uma vez bem estabelecida em seu espirito, essa importante verdade levou-o a seguir, por meio de um pressentimento tão seguro e mais rápido que a dialética, as melhores regras de conduta que, para seu proveito e segurança, achou melhor manter para com eles. (ROUSSEAU, 1991, p. 261).

Ao tomar consciência de si, o homem também desenvolveu a capacidade de julgar e, com isso, foi capaz de fazer distinções. Todavia, essa capacidade se desenvolveu com

a vida em grupo; o homem da natureza não tinha a noção de si mesmo, no sentido de uma autoconsciência. Esta capacidade foi desdobrada pela convivência e pela relação afetiva com o outro. Assim, os sentimentos foram se desenvolvendo no que Rousseau nomeia como ‘os primeiros progressos do coração’:

Esses primeiros progressos puseram por fim à altura de conseguir outros mais rápidos. Quanto mais esclarecia o espírito, mais se aperfeiçoava a indústria. [...] Os primeiros progressos do coração resultaram de uma situação nova que reunia numa habitação comum os maridos e as mulheres, os pais e os filhos. O hábito de viver junto fez com que nascessem os mais doces sentimentos que são conhecidos do homem, como amor conjugal e o amor paternal. Cada família tornou-se uma pequena sociedade, ainda mais unida por serem a afeição recíproca e a liberdade os únicos liames [...]. (ROUSSEAU, 1991, p. 262).

Os problemas da sociedade começaram a surgir, sobretudo, por uma mudança que ocorreu nos afetos, mais especificamente, entre a *piedade* e o *amor próprio*. A *piedade*, um sentimento que também é compartilhado por outros animais, foi suplantada pelo amor próprio. Este, ao contrário da *piedade*, como dito anteriormente, que é uma espécie de compadecimento, um sofrer junto a outrem pela condição que lhes são comuns, ou mesmo, uma força que move a preservação mútua, é caracterizado pela aproximação entre os homens com vistas ao interesse.

Certo, pois a *piedade* representa um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a ação do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie. Ela nos faz, sem reflexão, socorrer aqueles que vemos sofrer; ela, no estado de natureza, ocupa o lugar das leis, dos costumes e da virtude, com a vantagem de ninguém sentir-se tentado a desobedecer a sua doce voz; [...] (ROUSSEAU, 1991, p. 254).

Quando da ocasião da vida em grupos, os homens puderam se observar e, conseqüentemente, se comparar aos outros. Além disso, começaram a olhar as diferenças entre os homens e desejar aquilo que, talvez, não possuíam. Por exemplo, características físicas: alto, forte, belo; ou habilidades na dança, no canto etc. Aqueles que possuíam esses atributos eram os mais admirados. Isso fez surgir a primeira desigualdade e o vício: “[...] destas primeiras preferências nasceram, de um lado, a vaidade e o desprezo e, de outro, a vergonha e a inveja, e a fermentação causada por esses novos germes produziu, por fim, compostos funestos à felicidades e à inocência.” (ROUSSEAU, 1991, p. 263).

Além disso, diz o filósofo:

[...] Assim, a desigualdade natural insensivelmente se desenvolve junto com a desigualdade de combinação, e as diferenças entre os homens, desenvolvidas pelas diferenças das circunstâncias, se tornam mais sensíveis, mais permanentes em seus efeitos e, em idêntica proporção, começam a influir na sorte dos particulares. [...] Eis, pois, todas as nossas faculdades desenvolvidas,

a memória e a imaginação em ação, o amor próprio interessado, a razão em atividade, alcançando o espírito quase que o termo perfectibilidade de que é suscetível. Aí estão todas as qualidades naturais postas em ação, estabelecidos a oposição e o destino de cada homem, não somente quanto a quantidade dos bens e o poder de servir ou de ofender, mas também quanto ao espírito, à beleza, à força e a habilidade, quanto aos méritos e aos talentos e, sendo tais qualidades as únicas que poderiam merecer consideração, precisou-se desde logo tê-las ou afetar possuí-las. Para proveito próprio, foi preciso mostrar-se diferente do que na realidade se era. Ser e parecer tornaram-se duas coisas totalmente diferentes. (ROUSSEAU, 1991, pp. 266-267).

Com a intenção de se destacar entre seus pares, o homem desejou mais a aparência de ser, do que propriamente o ser quem se é. Ao perceber a importância da apreciação, passou a quere-la a todo custo, bem como, queria perpetuar tal admiração. Quando se sentia ofendido ou desprezado, buscava a punição daquele que o ultrajou. E assim, cada vez mais, as vinganças se tornaram piores. Cada um sentia no dever de punir o desprezo e a ofensa:

Assim que homens começaram a apreciar-se mutuamente e se lhes formou no espírito a ideia de consideração, cada um pretendeu ter direito a ela e a ninguém foi mais possível deixar de tê-la impunemente. Saíram daí os primeiros deveres de civilidade, mesmo entre os selvagens, e por isso toda a afronta voluntária tornou-se um ultraje porque, junto com o mal que resultava da injúria ao ofendido, este nela via desprezo pela sua pessoa, frequentemente mais insuportável do que o próprio mal. Eis como, cada um punindo o desprezo que lhe dispensavam proporcionalmente à importância que se atribuía, as vinganças tornaram-se tremendas e os homens sanguinários e cruéis. [...] (ROUSSEAU, 1991, p. 263).

Diante das comparações a igualdade foi comprometida. A *piedade natural* foi abafada, o *amor de si* se perdeu na indiferença, tomando lugar o *amor próprio*. O *amor de si* do estado da natureza que, moderado pela compaixão natural, pode conduzir à conservação da espécie, no estado social, foi suplantado pelo *amor próprio*. O *amor próprio* leva o homem a aproximar-se do outro com vistas a atender seu próprio interesse. Distante do equilíbrio da compaixão natural, o *amor próprio* faz com que o homem se afaste de sua natureza, possibilitando a perversão de suas faculdades naturais.

As associações, motivadas pelo *amor próprio*, emergiram como a base da sociedade. Os acordos, as considerações, as dívidas por favores prestados de um para com o outro foram aumentando, tornando-se uma prática comum. Os que eram pobres, nestes tipos de acordos, eram desprezados, não tinham voz, eram ignorados na sociedade. Desta maneira, as paixões e o desejo de vingança pelo desdém e pelos diversos males presentes na vida civil, passaram a crescer, tornado os homens mais cruéis do que violentos.

Do mesmo modo, ou seja, decorrente da desigualdade, surge o individualismo. A passagem do estado natural do homem para o homem civil induz o indivíduo a ter desejos artificiais, que se acentuam cada vez mais através das relações estabelecidas na sociedade e, por isso, como diz Fortes: “[...] a passagem do estado natural para a vida em sociedade [...] ao mesmo tempo em que gera se a desigualdade e a conseqüente perversão do coração humano com seu cortejo de vícios, cria-se igualmente a possibilidade de seu disfarce.” (1997, pp.38,40). Nas palavras de Rousseau, “O homem da sociedade está todo inteiro na sua máscara. Não estando quase nunca em si mesmo, quando está se acha estranho e mal à vontade. O que é, não é nada, o que parece, é tudo pra ele.” (1992, p.258).

O *amor próprio*, para a sociedade, é mais valioso do que o *amor de si*, pois ele cultiva a vantagem e o interesse para os envolvidos. Por isso, “[...] desde o instante em que um homem sentiu necessidade de socorro de outro, desde que se percebeu ser útil a um só com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade [...]”. (ROUSSEAU, 1991, p. 265). Neste sentido, diz Guimarães que a “[...] associação interesseira fundada com o advento da propriedade, pressuposto da sociedade dos *povos policiado* é o terceiro estado da humanidade, estado em que o orgulho e a inveja vão criar um outro tipo de convivência. [...] (2004, pp.75,76)”.

Assim como as dificuldades que, num primeiro momento, eram naturais e que, por conta da *perfectibilidade*, foram superadas pelo homem ao alcançar novas possibilidades de sobrevivência, no estado social, o homem precisa superar as dificuldades que ele mesmo criou. A vaidade, o orgulho, o *amor próprio*, e as injustiças são os novos desafios que o homem precisa enfrentar.

Neste novo estado, homem despreza tudo que a natureza antes lhe ofertava. Ele não quer mais seguir o seu caminho natural. A relação com o outro é uma relação competitiva. Não basta ser igual, é preciso ser melhor que o outro. Quanto mais o homem se afasta da natureza, mais se afasta de si mesmo. Ao não atender ao apelo de sua natureza, é incapaz de sentir a verdade que nele habita. Ademais, o homem ao tentar substituir a dependência da natureza pela dependência do outro vivem de forma fracionada, pois não vivem mais por inteiro como no estado natural. Quanto mais o homem se socializa, menos natural é, quanto mais se desnaturaliza, mais desenvolve o *amor próprio*. E portanto, estando longe do seu estado natural, quanto mais se socializa, a desigualdade, a injustiça e a maldade são estabelecidas, ou seja é resultado das relações sociais.

Portanto, até aqui vimos que é por meio do mau uso da liberdade que o homem entra pelo descaminho da degeneração. Antes, com a *perfectibilidade*, o homem vivia de

acordo com sua natureza. A liberdade e os afetos, no primeiro estado, conduziam o homem em perfeita ordem. Mas, com a mudança do sentimento de *amor de si* pelo *amor próprio*, se abriu o caminho para a desigualdade. O homem, por ser capaz de se modificar, conseguiu corromper sua própria natureza, desviou-se do caminho natural e se perdeu na sociedade.

Capítulo III

A relação do conceito de natureza nas obras *Discurso* e *Emílio* e a importância da afetividade para a boa educação

Neste capítulo, procuramos estabelecer a relação dos conceitos de natureza, tanto na obra do *Emílio*, quanto na obra do *Segundo Discurso*. Veremos que o pensamento de Rousseau é congruente, sobretudo, com relação ao conceito da natureza, que é compreendido como estado em que o homem é naturalmente bom e, por isso, possuidor de um genuíno sentimento que o leva a ter compaixão pelo seu semelhante, o qual deve ser preservado.

A partir disso, entendemos que a educação de acordo com a natureza deve ser fundamentada na preservação dos sentimentos e dos afetos genuínos e intrínsecos à essência humana. Posto que, segundo Rousseau (1992, p.42) “As primeiras sensações das crianças são puramente afetivas;” Assim, no contexto rousseauiano, podemos entender que, quanto ao homem degenerado, devemos resgatar o *amor de si* em meio às paixões e aos vícios adquiridos pela má intervenção humana; no tocante aos infantes, tal sentimento deve ser preservado de acordo com as etapas de seu desenvolvimento natural.

3.1 A relação entre o princípio da bondade natural e a mudança dos afetos.

Na obra *Emílio* o autor escreve “[...] Para julgar, fora preciso vê-lo inteiramente formado; fora preciso ter observado suas tendências, suas evoluções, vistos seus progressos, acompanhado sua evolução; fora preciso em outras palavras, conhecer o homem natural.[...]. (ROUSSEAU, 1992, p. 15). Essa posição, todavia, não visa excluir as outras possíveis formas de classificar e entender essas obras, mas, como veremos, pretende indicar um ponto de convergência entre as obras que nos ajudará a entender melhor nossa questão sobre o conceito de natureza em Rousseau.

Como exemplo possível de compreensão e classificação do *Segundo Discurso*, temos os seguintes enquadramentos.

Grosso modo, Rousseau diz que a natureza é genuinamente boa, porque ela é uma criação de Deus, que é completamente bom. Sendo assim, à medida que Rousseau vai

argumentando e consolidando sua tese da bondade natural, pode-se depreender que, a partir dela, ele está, de certa maneira, provando a existência do ente sumamente bom, Deus. Essa seria, de modo geral, a concepção da obra como se tratando de uma teodiceia.

Do mesmo modo, ao entender que a origem das desigualdades tem sua raiz na mudança dos afetos (mudança do *amor de si* para o *amor próprio*), sobretudo, quando o homem que antes vivia livre e isolado, sem a necessidade do outro, começou a se relacionar-se e a partir disso, depender do um do outro, essa relação foi responsável pela origem dos acordos e contratos que são selados visando a vantagem pessoal, fugindo à norma natural das coisas serem, como no caso das atividades de escambo, o leitor pode compreender o *Segundo Discurso* como um tratado de Direito Natural, ou mesmo, como um tratado político, por exemplo.¹⁹

No entanto, podemos perceber que estes entendimentos e classificações sobre o pensamento do filósofo não são heterogêneos, ou seja, não se excluem entre si. Quer dizer, seja o entendimento advindo de uma leitura com base na teodiceia, seja a compreensão adquirida pelas lentes do Direito Natural e da necessidade da política, o ponto de partida é a análise da natureza do homem. Por isso, pensar o *Segundo Discurso*, ou o *Emílio*, com o objetivo de compreender a natureza humana, se justifica no fato de que, antes de tudo, procuramos pensar o homem em sua mais fundamental essência, buscando encontrar a condição necessária sem a qual não se poderia reconhecer o homem como sendo propriamente um homem. Já no prefácio do *Segundo Discurso*, o autor diz “Enquanto, porém, não conhecermos o homem natural, em vão desejaremos determinar a lei que ele recebeu ou aquela que melhor convém à sua constituição.” (ROUSSEAU, 1991, p.230)

O homem natural, em partes, é diferente entre o *Segundo Discurso* e *Emílio*. Assim, ressaltamos que no *Emílio*, o homem pensado não é um selvagem que irá viver isolado no deserto, onde ele é tudo pra si e se basta a si mesmo, mas sim, um homem que irá viver nas cidades, isto é, numa organização social em meio a outros homens.

Dirão que saio da natureza; não creio. Ela escolhe seus instrumentos e os regula segundo as necessidades e não segundo a opinião. Ora, as necessidades mudam de acordo com a situação dos homens. Há grande diferença entre o homem natural vivendo em estado social. Emílio não é um selvagem a ser largado no deserto, é um selvagem feito para viver na cidade. É preciso aí que saiba encontrar o de que necessita, tirar proveito de seus habitantes e viver, senão como eles, com eles pelo menos. (ROUSSEAU, 1992, p.227).

¹⁹ Jean Starobinski entende como sendo uma teodiceia; Victor Goldschmidt como uma obra de direito natural; Jean-Louis Lecercle como política. Cf. VINH-DE, 1991, p. 62.

Inicialmente, o homem primitivo é um homem solitário, que vive livre e feliz. Assim sendo, o homem natural é disperso, ele vive no mundo das coisas, não tem nenhuma motivação que venha do exterior e possa fazer com que busque ajuda de um outro alguém. Não tem necessidade de relação duradoura ou estável com seus semelhantes, vive conforme a natureza lhe ordena. É “bom por natureza” porque desconhece a moralidade. Não tem nenhuma relação moral e, por isso, não seriam bons nem maus, “[...] não são maus precisamente porque não sabem o que é ser bons, pois não é nem o desenvolvimento das luzes, nem o freio da lei, mas a tranquilidade das paixões e a ignorância do vício que os impedem de proceder mal[...]”. (ROUSSEAU, 1991, p.252). A bondade, *grosso modo*, não seria resultado de práticas morais virtuosas, as quais mudam de acordo com a época. A bondade, para Rousseau, antes, é a ausência daquilo que é mau, o que significa dizer, é o estado natural do homem sem a interferência de outrem.

A educação que Rousseau estabelece para a formação humana, tem fundamento na preservação da essência do homem, com o objetivo de cultivar sua paixão primitiva, que fora degenerada no meio social. Ao preservar na criança os primeiros sentimentos, nomeadamente o *amor de si* e a *piiedade natural*, eles poderiam, quando se tornarem adultos, suportar a tentação do *amor próprio*, sentimento que é desenvolvido a partir das relações degradadas entre os homens.

Esse entendimento, que é o resultado da conexão das duas obras, *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens* e *Emílio ou da Educação*, é possível ao pensa-las na unidade provinda da concepção de que ambas são categorizadas como estudo da natureza humana. Por isso, uma leitura historicista do filósofo, não permitiria essa conclusão. Ou seja, ao entende-las como tratados de antropologia filosófica, não vislumbramos que o estado natural é um conceito hipotético. A leitura historicista, por sua vez, dá ênfase a uma concepção de que o objeto em questão tem seu lugar determinado, sendo temporal e geograficamente precisos. Nessa perspectiva, as leituras antropológicas, culturais e evolucionistas, teriam de apresentar um caráter mais objetivo, como o de um fato histórico que pode ser provado cientificamente – hipótese; metodologia de coleta, análise e cotejamento de dados; e conclusão. Partindo dessa perspectiva, não teríamos como provar que o bom selvagem, de fato, existiu, nos moldes

com que Rousseau nos apresenta. Sua abordagem não nos fornece um fato histórico a partir do qual pudéssemos desdobrar uma análise historiográfica e evolutiva do homem.

Entretanto, pensamos que esse modo de leitura não deve excluir outros modos possíveis, como é o caso da reflexão filosófica. Com efeito, a partir dessa perspectiva do original, o estudo da natureza humana de Rousseau pretende apontar para o desequilíbrio, ao apresentar uma crítica a respeito do modo de viver inadequado em que o homem se encontra. Isto porque, em última análise, as reflexões sobre o estado de natureza nos permitem entender que a existência do homem não está de acordo com a sua essência. É justamente nisso que se encontra a originalidade de Rousseau, quando denuncia a contradição em que habita no homem entre a sua existência e a sua essência. Isto é, o homem tal qual conhecemos em nossa experiência não vive mais de acordo com a sua natureza. A história humana é a da desnaturação e, portanto, a existência do homem é uma contradição com a sua essência.

Considerar os postulados presentes no *Discurso* têm uma razão: mostrar que a essência da natureza é a liberdade. Rousseau diz que o homem estando em meio a uma natureza generosa, abundante, e sendo-lhe dado um modo de vida isolada e pastoral em uma “primavera perpétua”, a natureza destina o homem a ser livre. Ao passo que “[...] O homem civil nasce, vive e morre na escravidão, ao nascer, envolvem-no em um cueiro; ao morrer, encerram-no em um caixão; [...] está acorrentado a nossas instituições.”(ROUSSEAU, 1992, p.17)

A partir do capítulo anterior, vimos que a liberdade vem à tona pela *perfectibilidade*. Pela *perfectibilidade* que o homem é capaz de se dar uma existência autêntica. Não obstante, como também vimos, a mudança dos sentimentos inatos, o *amor de si* tomado pelo *amor próprio*, pode levar o homem a se degenerar na sociedade. A mesma liberdade que permite o homem dar a si mesmo um modo de vida plenamente humano, pode, mediante ao seu mau uso, leva-lo à perversão, ao sair do modo sensitivo por meio da faculdade de aperfeiçoamento, isto é, pelo desenvolvimento da *perfectibilidade* e adentrando no mundo das relações morais o homem se degenera e se torna depravado. Pois, à medida que o homem se aperfeiçoa, começam a comparar-se uns aos outros, a querer serem vistos e reconhecidos, desenvolve uma infinidade de novos desejos, que os levam a perder a sua liberdade, uma vez que, visando saciá-los, passa a ser dependente das coisas e dos outros homens e em consequência disso, torna-se escravo de seus semelhantes ao mesmo tempo que surge a rivalidade oriunda da ambição e da vaidade.

Podemos perceber também que o estado natural hipotético do *Discurso* e a experiência imaginária da educação do *Emilio* se conectam com um princípio que rege o conceito de natureza no filósofo, que é o da bondade natural. O homem naturalmente é bom, porém, devido à sua liberdade, uma complexidade de fatores, influências, escolhas, podem interferir em sua natureza negativamente. No *Emilio*, a bondade natural é ampla, sendo de ordem, afetiva, intelectual e moral. E por ser frágil na criança essa bondade, segundo Rousseau, ela pode facilmente ser mudada. Por isso, além de fundamental, o processo de educação na infância é extremamente delicado.

Como pode ser percebido, a educação, neste sentido, não está limitada ao alfabetizar, ou a repetição, ou a produção de conhecimento, como comumente vemos. Na mais tenra idade, já com seus pais, a criança sofre mutações que podem ser irreversíveis, podendo as acompanhar pelo resto de suas vidas. Com Rousseau, podemos reforçar a concepção que a educação não é uma fase meramente formal do ser humano. Tudo de que precisamos para nossa formação depende e advém da educação pensada de modo amplo, no sentido de formar para a vida, ou melhor de formar o homem. Isso significa dizer que a formação não é formar o doutor, o engenheiro, o profissional. Nas palavras do autor:

Na ordem natural, sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é o estado de homem; e quem quer que seja bem educado para esse, não pode desempenhar-se mal dos que com ele se relacionam. Que se destine meu aluno à carreira militar, à eclesiástica ou a advocacia pouco me importa. Antes da vocação dos pais, a natureza chama-o para a vida humana. Viver é o ofício que lhe quero ensinar. Saindo de minhas mãos ele não será, concordo, nem magistrado nem soldado, nem padre; será primeiramente um homem. Tudo o que um deve ser, ele saberá, [...]. (ROUSSEAU, 1992, p. 15)

Para o filósofo, a educação formal é processo de complexidade pelo qual o ser humano experimenta mudanças e se difere do que ele é desde o momento de seu nascimento, seja qual for o intermediário responsável e o efeito²⁰. A educação não se limita a uma atividade professoral, a uma idade específica do indivíduo, ou a um domínio certo que implica apenas as relações interpessoais.²¹ A educação é a própria existência do

²⁰ [...] a educação da sociedade [...] tendendo para dois fins contrários, erra em ambos os alvos: ela só serve para fazer homens de duas caras, parecendo sempre tudo subordinar aos outros e não subordinando nada senão a si mesmos. [...] Dessas contradições nascem as que experimentamos sem cessar em nós mesmos. Arrastados pela natureza e pelos homens por caminhos contrários, obrigados a nos desdobrarmos entre tão diversos impulsos, seguimos um, de compromisso, que não nos leva nem a uma nem a outra meta. Assim combatidos e hesitantes durante toda nossa vida, nós a terminamos sem ter podido acordar-nos conosco, e sem termos sido bons para nós nem para os outros. (ROUSSEAU, 1992, p.14)

²¹ [...] “Não se trata de ensinar-lhe as ciências e sim dar-lhe inclinação para as amar e métodos para as aprender, quando a inclinação se tiver desenvolvido bastante.” (ROUSSEAU, 1992, p. 181).

ser humano, pois: “[...] tudo o que nós não temos ao nascer, e de que precisamos adultos, é nos dado pela educação.” (ROUSSEAU, 1992, p.10).

Lembrai-vos sempre de que o espírito de minha instituição não é ensinar à criança muitas coisas e sim não deixar entrar em seu cérebro senão ideias justas e claras. Que não saiba nada, pouco me importa, conquanto não se engane, e só ponho verdades em sua cabeça para defende-la dos erros que aprenderia em seu lugar. A razão, o juízo chegam lentamente, os preconceitos acorrem em multidão; é destes que cumpre preservá-lo.[...]. (ROUSSEAU, 1992, pp.180,181).

Até aqui vimos que, tanto o *Discurso*, quanto o *Emilio*, apontam para algo comum: a necessidade da preservação do genuíno sentimento. Devemos cultivar a boa natureza afetiva. A seguir, veremos um pouco mais sobre as palavras de Rousseau sobre a importância da educação na infância no sentido de preservar nela o *amor de si*.

3.2 Educação na primeira infância como preservação do *amor de si*.

Rousseau, ao compreender o homem em seu estado mais puro, percebe que o homem social está bem longe de sua autêntica existência. O homem natural descrito pelo autor é autossuficiente, neste estado o homem não é fracionado, ele é unidade e todos seus sentimentos são voltados a si mesmo, com a exceção de, ao ver seu semelhante em perigo é capaz de ter compaixão por ele, movido pela piedade. No entanto, essa ação participativa, de ajuda em meio ao perigo, é momentânea, uma ação puramente do instinto. No aspecto físico o homem natural é fortificado pela própria ação da natureza, as intempéries o fez passar pelas provações “[...]o homem, no estado de natureza, não sente, pois, necessidade de remédios e, menos ainda, de médicos [...](ROUSSEAU, 1991, p.241), Ademais, para Rousseau (1991, p.240), o homem se tivesse conservado a forma simples de viver prescrita pela natureza, teria evitado todos os males que são obras dos mesmos, deveria ter permanecido na maneira de viver solitária e uniforme, foi determinado pela natureza que os homens deveriam ser sãos. Ao descrever o homem natural, demonstra que o percurso que o levou às origens da sociedade, culminou em sua degenerescência. O homem por ser um agente livre, conseguiu fugir da própria regra da natureza mediante suas escolhas. Da natureza o homem tirava tudo que lhe era necessário

para viver, fartava sob o carvalho, se refrescava no rio, seu leito encontrava-se na sombra debaixo de uma árvore, deste modo todas suas necessidades eram satisfeitas²². A vida simples e boa dada pela natureza, foi abandonada, o homem por meio da capacidade de aperfeiçoamento, começou a experimentar novas formas para viver e cada vez mais criava novas necessidades, até que se tornassem supérfluas. As modificações ao modo de viver e agir, foram pouco a pouco alterando sua condição humana, com isso, sua essência foi degradada. *O amor de si* foi tomado pelo *amor próprio*, isto é, quando o homem deixou entrar em seu coração o orgulho e a vaidade, tomou a consciência da superioridade, neste momento desejou ter vantagens em tudo, buscou estar em evidência, ser reconhecido e por consequência ser diferente dos outros. O homem natural se transformou no homem social, fracionado, deixou a independência e passou a depender das coisas e dos outros, o homem que antes bastava-se a si, já não se encontra autossuficiente. Afastou-se de si mesmo, de sua essência naturalmente boa, cada vez mais tendo a necessidade de se destacar, deixou o orgulho, a vaidade entrar em seu coração, dando origem as disputas. Ao viver distante de seu estado original, passou a viver em contradição, ou seja, ser e parecer se tornaram coisas distintas, e assim experimentou as mais angustiantes emoções. Se tornou um ser mascarado, cuja essência não se revela. A isto, Rousseau diz:

[...] Para proveito próprio, foi preciso mostrar-se diferente do que na realidade se era. Ser e parecer tornaram-se duas coisas totalmente diferentes. Dessa distinção resultaram o fausto majestoso, a astúcia enganadora e todos os vícios que lhes formam o cortejo. Por outro lado, o homem, de livre e independente que antes era, devido a uma multidão de novas necessidades passou a estar sujeito, por assim dizer, a toda a natureza e, sobretudo, a seus semelhantes dos quais num certo sentido se torna escravo[...] Isso faz com que seja falso e artificioso para com uns, e, para com os outros, imperativo e duro, e o coloca na contingência de iludir a todos aqueles de que necessita, quando não pode fazer-se temer por eles ou não considera ser-lhes útil. (ROUSSEAU, 1991, p. 267)

A partir daí o homem é social, a superioridade torna-se um sentimento, o desejo pelo prestígio, sobrepõe o *amor de si* e aflora o *amor próprio*. Rousseau compreende o homem no estado social, como um ser deformado, impregnado pelos vícios e corrupções da sociedade, se encontra perdido, como um nada, longe daquilo que “saiu das mãos do Autor das coisas.” (ROUSSEAU, 1992, p.9). Mas a desfiguração do homem não impede de reconhecer a verdadeira condição humana no sentido de sua identidade natural. Assim como a estátua de Glauco que se encontrava externamente desfigurada devido ao tempo

²² Cf ROUSSEAU, 1991, p.238

em que esteve submersa na escuridão das águas, o homem, mergulhado em suas paixões, se apresenta distante de sua forma original.

Como a estátua de Glauco, que o tempo, o mar e as intempéries tinham desfigurado de tal modo que se assemelhava mais a um animal feroz do que a um deus, a alma humana, alterada no seio da sociedade por mais milhares de causas sempre renovadas, pela aquisição de uma multidão de conhecimentos e de erros, pelas mudanças que se dão na constituição dos corpos e pelo choque contínuo das paixões, por assim dizer mudou de aparência ao ponto de tornar-se quase irreconhecível e, em lugar de um ser agindo sempre por princípios certos e invariáveis, em lugar dessa simplicidade celeste e majestosa com a qual seu autor a tinha marcado, não se encontra senão o contraste disforme entre paixão que crê raciocinar e o entendimento delirante. (ROUSSEAU, 1991, p.227).

Embora, o autor afirme logo no prefácio do *Segundo Discurso* que o estado de natureza “[...] talvez nunca tenha existido, que provavelmente nunca existirá[...]” (ROUSSEAU, 1991, p. 228). Ao escrever o *Emílio*, o autor nos mostra que através da educação da natureza é possível pensar meios de cultivar, ou melhor, de preservar no homem a sua forma original, uma vez que, por mais que aparentemente irreconhecível, a essência permanece indestrutível. Sobre o reconhecimento da essência, a despeito dos acidentes adversos, Platão diz sobre Glauco, na *República*:

[...] teríamos muita dificuldade em reconhecer a sua natureza primitiva, porque as antigas partes do seu corpo, foram umas partidas, outras gastas e totalmente desfiguradas pelas águas, e formaram-se partes novas, formadas por conchas, algas e seixos. Também vemos assim, a alma desfigurada por mil males [...] Se, levada por um nobre impulso se erguesse do mar em que agora se encontra e sacudisse as pedras e as conchas que a cobrem, [...] aí então seria possível ver sua verdadeira natureza.” (PLATÃO, 2004, p.342).

Emílio, nos apresenta o pensamento pedagógico de Rousseau, que por meio da formação do homem o mais próximo possível da natureza, projeta um modo de educação que permita com que o aluno esteja pronto para viver por si e com a sociedade. Emílio é educado para viver com os outros, mas não como os outros.

Mas considerai primeiramente que, querendo formar um homem da natureza, nem por isso se trata de fazer dele um selvagem, de jogá-lo no fundo das floresta; mas que, entregue ao turbilhão social, basta que não se deixe arrastar pelas paixões nem pelas opiniões dos homens; que veja com seus olhos, que sinta com seu coração; [...]. (ROUSSEAU, 1992, p. 291)

Não sendo possível recuperar a unidade que fora perdida com a ruptura do estado de natureza, a via dessa formação humana, se estabelece como forma de amenizar este problema. Neste sentido, Rousseau usa a metáfora da estátua de Glauco para dizer que o homem está deformado, mas não ao ponto de perder sua essência. Ou seja, nem tudo está

perdido, considerando que a desfiguração não é total, é possível reconhecer, mesmo que em pequenos traços, o caráter original do homem. Ao trazer à baila a alegoria de Glauco, Rousseau aponta para a possibilidade de preservação da figura humana. Ao fim e ao cabo, essa preservação se dá por meio da educação segundo a natureza. E educar conforme a natureza é, sobretudo, preservar o bom afeto.

Por isso, segundo Rousseau, o intervalo que vai do nascimento aos doze anos de idade é o período mais importante para a formação humana, pois é o período mais delicado e frágil da vida humana, no tocante a degeneração causada pelos vícios. Assim, diz: “[...] É o momento em que se germinam os erros e os vícios, sem que se tenha ainda algum instrumento para destruí-los; quando o instrumento se apresenta afinal, as raízes são tão profundas que já se faz impossível arrancá-las. (ROUSSEAU, 1992, p.79). Para Cerizara, (1990, p. 63) “Rousseau valoriza esse saber porque ele simboliza o estágio de igualdade entre os homens.[...] talvez esse período de aprendizado seja o mais natural e o que mais auxilia o homem a manter-se como tal, não fossem as distorções empregadas pelos que se encarregam pelas crianças.” Desse modo, vemos quão importante é a educação na primeira infância que respeita a ação da natureza. Somente com a preservação dos afetos genuínos é possível fortalecer o homem para que um dia possa viver de modo livre e autônomo na sociedade. Na busca pela forma original do homem, a teoria de Rousseau compreende que para que isso aconteça, devemos começar a nos esforçarmos em preservar logo ao nascer da criança pois “[...] a educação começa com seu; antes de falar, antes de compreender, já ele se instrui, A experiência adianta-se às lições; [...]. (ROUSSEAU, 1992, p.42). A isto, Rousseau (1992, p. 80) diz: “A educação primeira deve portanto ser puramente negativa. Ela consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro [...]” e ainda reflete que quando não se apressa em instruir algo, também não se apressará em exigir, aguardando o tempo certo para isso, e assim a criança não se estraga na medida que é formada²³. Deste modo, o preceptor deve cuidar para que nada seja feito para que suscite os hábitos e preconceitos, deve apenas tentar conduzir o aluno forte e saudável. “[...] Logo ele se tornaria, em vossas mãos, o mais sensato dos homens; e começando por nada fazer, teríeis feito um prodígio de educação.”(ROUSSEAU,1992, p.80). Nisto, se empreende o que o autor coloca como modelo de educação ideal, isto é, educar para a liberdade, agindo de acordo com a natureza. Neste modelo o preceptor deverá guiar o aluno de maneira que

²³ Cf. ROUSSEAU, 1992, p.92

a perfectibilidade seja bem conduzida, o que resultará em uma formação que preservará a sua natureza humana conservando origem da alma, permitindo que ele viva na sociedade por inteiro e feliz.

Para que sua forma original, sua natureza, não fosse aniquilada pelo meio social, Rousseau, refletiu que este primeiro momento da vida da criança tem uma maior necessidade de cuidado para preservação de sua natureza. A criança é enxergada pelo autor em sua integralidade, portanto, deve ser educada primordialmente em liberdade, suas fases devem ser respeitadas e vividas em plenitude de seus sentidos, pois até que não chegue a idade da razão o ser humano é guiado praticamente pelos sentimentos genuínos, pelo corpo físico e pelos sentidos. Deste modo a infância pode ser concebida como uma fase de grande importância.

A educação natural na primeira infância consiste prioritariamente em desenvolvimento físico, considerada a *idade da natureza* e *idade da força*, nela a criança adquire conhecimentos naturais e físicos por meio das experiências. A infância é considerada por Rousseau (1992, p. 73) como o momento da vida em que a natureza não impôs servidão e portanto devemos deixar “[...] à infância o exercício da liberdade natural, que afasta, ao menos por algum tempo, dos vícios que contraem com a escravidão.[...]” Todavia, vale ressaltar que para ele liberdade consiste em ter o que realmente pode conseguir por suas mãos e que a força se encontra em ter somente o que pode ter, assim, a criança “[...] nada deve obter porque o pede e sim porque precisa, nada deve fazer por obediência e sim por necessidade.[...]” (ROUSSEAU, 1992, p.73). E se de algum modo a criança se mostrar sem interesse em agir, não devemos obrigá-la a agir pela força, mas devemos sensibilizá-la de algum modo a ter desejo que a leve a agir. Portanto, a educação natural elaborada pelo pensador, tem como princípio primeiro saber o que é necessário e depois saber se lhe é útil, para assim, compreender o que lhe é conveniente e bom. Assim diz:

[...]Dos conhecimentos ao nosso alcance [...] dos que contribuem para nosso bem-estar é o único digno das pesquisas de um homem sábio e, por conseguinte, de uma criança que desejamos tornar tal. Não se trata de saber o que é, e sim, somente, o que é útil. (ROUSSEAU, 1992, p. 174)

Como vimos antes, o homem forte, para Rousseau, é aquele que só quer o que pode, logo, o homem fraco é aquele que deseja para além de suas forças²⁴. Assim sendo, a primeira infância se constitui como a fase que mais se aproxima do estado natureza aquele em que o homem vive livre e feliz, suas vontades e desejos estão em acordo com suas necessidades. Embora, a infância seja uma fase em que a criança por não ter forças físicas suficientes para agir sozinha e com isso dependa de um adulto para sobreviver, suas solicitações são para atender suas necessidades. Para Cerizara, a importância do papel do adulto nesta fase, se dá pelo fato de que ele consiga conduzir a criança de modo organizado e dirigido para que ela não seja desnaturalizada.

A infância é o período em que o indivíduo não é capaz de assumir-se como ser moral. Sua liberdade, por ser meramente física, é imperfeita e está delimitada pelas leis das necessidades e da possibilidade. Como a criança ainda não é capaz de se organizar sozinha, precisa do adulto, a quem cabe orientá-la em busca da independência e autonomia. (CERIZARA, 1990, p.167)

No primeiro momento da educação na infância, por não ter desenvolvido suas faculdades intelectivas, todo o desenvolvimento se dá pelos sentidos, logo suas ideias se darão em conformidade com o uso destes. Assim, Rousseau, entende que nesta fase a educação deve ser voltada para exercícios que favoreçam o fortalecimento do corpo por meio de suas experiências concretas com o mundo exterior. Nisto podemos perceber uma ideia comparativa ao homem primitivo e seu desenvolvimento no estado de natureza.

Assim sendo, podemos entender como a principal fase para educarmos de acordo com a natureza, pois está longe dos vícios e fraquezas do homem, ademais o autor nos diz que a fraqueza nessa fase é relativa pois:

Embora, até a adolescência, todo o curso da vida seja um tempo de fraqueza, há um momento, na duração dessa primeira idade, em que o progresso das forças, tendo ultrapassado o das necessidades, o animal em crescimento, ainda absolutamente fraco, torna-se forte relativamente. Suas necessidades não estando todas desenvolvidas, suas forças, no presente, são mais do que suficientes para provê-las. [...] (ROUSSEAU, 1992, p.173)

Todavia, a premissa da educação natural na primeira infância não é ganhar tempo, mas sim perder, deixando com que a natureza faça seu curso, cumpre em nada deixar que a educação faça. Sendo assim, o preceptor deve apenas conduzir o aluno ao processo de seu desenvolvimento e amadurecimento. Isto implica em amadurecer o corpo, e os

²⁴ De onde vem a fraqueza do homem? Da desigualdade que se encontra sua força e seus desejos. São nossas paixões que nos tornam fracos, pois fora preciso, para contentá-las, mais forças do que nos dá a natureza. Diminui pois os desejos; será como se aumentásseis as forças: quem pode mais do que deseja, as tem de resto; é certamente um ser muito forte. (ROUSSEAU, 1992, p.172)

sentidos, esta educação natural de Rousseau, se dá sempre a partir da experiência direta com o meio, ao invés dos livros, as oficinas. Não cabe ao preceptor ensinar as ciências mas fazer com que o aluno tome gosto por amá-las e dê-lhe métodos para aprende-la.²⁵

Podemos entender que a educação natural do Emílio é voltada para a preservação dos sentimentos inatos, pois, assim, ao tornar-se adulto, ele estará pronto para viver de modo autônomo. Assim, o homem natural é livre²⁶ pois está de acordo com sua natureza que é boa, podendo resistir a perversão que se dá no seio da sociedade. Como descrito na citação abaixo:

Os homens não são maus – uma experiência triste e continua dispensa provas; no entanto, o homem é naturalmente bom – creio tê-lo demonstrado; o que, pois poderá tê-lo depravado a esse ponto senão as mudanças sobrevindas em sua constituição, os progressos que fez e os conhecimentos que adquiriu? Por mais que se admire a sociedade humana, não será menos verdadeiro que ela necessariamente leva os homens a se odiarem entre si à medida que seus interesses se cruzam, a aparentemente se prestarem serviços e a realmente se causarem todos os males imagináveis. (ROUSSEAU, 1991, p.291)

No *Livro Quarto*, do *Emílio*, Rousseau define o *amor de si* como uma paixão inata e primitiva, que antecede todas as outras paixões e pela qual todas as outras, de certa maneira, são apenas modificações “[...] essas modificações, longe de nos serem vantajosas, nos são nocivas; mudam o primeiro objeto e vão contra seu princípio. É então que o homem se encontra fora da natureza e se põe em contradição consigo mesmo.” (ROUSSEAU, 1992, p. 235). O *amor de si* é “A fonte de nossas paixões, a origem e o princípio de todas as outras, a única que nasce com o homem e não o deixa nunca durante a vida [...]” (ROUSSEAU, 1992, p. 235). Esse sentimento é bom e está sempre em conformidade com a ordem natural, do seu cultivo surge em cada um, a vontade de conservar aquilo que lhe faz bem, que o preserva em segurança e conforto para viver em plena felicidade. Diferentemente do amor próprio de onde surgem todas as paixões perversas.

[...] O amor de si mesmo, que só a nos diz respeito, satisfaz-se quando nossas necessidades estão satisfeitas; mas o amor próprio, que se compara, nunca está satisfeito e não poderia estar, porque tal sentimento, em nos preferindo aos outros, exige também que os outros prefiram a eles; o que é impossível. Eis como como as paixões ternas e afetuosas nascem do amor de si mesmo, e como as paixões odiantas e irascíveis nascem do amor próprio. Assim o que torna o

²⁵ Emílio só tem conhecimentos naturais e puramente físicos. Não sabe se quer o nome da história nem o que seja metafísica ou moral. Conhece as relações essenciais entre o homem e as coisas, mas nenhuma das relações morais entre o homem e o homem. Sabe pouco generalizar ideias ou fazer abstrações. [...] Não procura conhecer as coisas por sua natureza, mas tão somente pelas relações que o interessam.[...] (ROUSSEAU, 1992,p.231)

²⁶ Cf ROUSSEAU, 1991, p.22.

homem essencialmente bom é ter poucas necessidades e se comparar pouco aos outros; e o que o torna essencialmente mau é ter muitas necessidades e atentar muito para a opinião. (ROUSSEAU, 1992, p. 237).

Cerizara corrobora que o *amor de si* é extremamente importante para manutenção e conservação do homem. O *amor* próprio, por sua vez, seria a desfiguração do *amor de si*:

Rousseau considera o amor a si mesmo não só bom e útil, como necessário para a conservação do homem. O amor-próprio é, a seu ver, uma deturpação do primeiro, posto que se baseia fundamentalmente na opinião. O homem, ao se comparar com os demais, desenvolve uma reflexão rudimentar que lhe possibilita perceber tanto as diferenças como sua superioridade em relação aos outros. O aparecimento do orgulho é, a um só tempo, inevitável e desastroso. (CERIZARA, 1990, p. 99).

O autor considera o *amor de si* como única paixão inata no coração do homem, o amor de si mesmo é bom e útil, não tendo nenhuma necessidade de relação com o outro é indiferentemente natural, só se tornando mau ou bom mediante aos usos que dele fazem ou pelas relações que são dadas a ele. Evitar que esta mudança dos afetos aconteça é o que pretende Rousseau na educação de Emilio:

Ponhamos como máxima incontestável que os primeiros movimentos da natureza são sempre retos: não existe perversidade original no coração humano; não se encontra neste nenhum só vício que não possa dizer como e por onde entrou. A única paixão natural no homem é o amor de si mesmo [...] Até que o guia do amor próprio, que é a razão, possa nascer, importa portanto que uma criança não faça nada [...], nada em suma em relação aos outros mas tão somente o que a natureza dela exige; e então só fara o bem. [...] A educação primeira deve, portanto, ser puramente negativa. Ela consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro. (ROUSSEAU, 1992, pp.78-80).

Ademais, Rousseau enfatiza que “Nossas paixões naturais são muitos restritas; são os instrumentos de nossa liberdade, tendem a conservar-nos. Todas as que nos destroem vêm de fora; a natureza não nos dá, [...]”. (ROUSSEAU, 1992, p. 235). Neste sentido, percebemos a importância do adulto na vida da criança ele é responsável por conduzir a criança no caminho em que a natureza ordena. Sabemos que a natureza quer que as crianças sejam crianças, longe dos vícios e dos erros, cabendo então ao adulto evitar ensinar fora do tempo determinado, prescrito pela ordem natural das coisas serem. As fases naturais do seu desenvolvimento, devem ser respeitadas. E o início do longo caminho da educação, que visa a formação humana, está desde o momento em que a criança nasce com os que estão mais próximos dela, os primeiros preceptores têm um papel fundamental. Se faz necessário entender a linguagem do choro, quando o são para

solicitar o socorro e quando deixam de ser apenas um chamado para tornar-se ordens.

Usando as palavras do autor;

Uma criança inclina-se portanto naturalmente para a benevolência, pois vê que tudo que se aproxima dela é levado a assisti-la; ela tira assim dessa observação, o hábito de um sentimento favorável à sua espécie. Mas na medida em que suas relações se estendem, que se ampliam suas necessidades, suas dependências ativas ou passivas, o sentimento de suas ligações com os outros desperta e provoca o dos deveres e das preferências. Então, a criança torna-se imperiosa, ciumenta, astuciosa, vingativa. (ROUSSEAU, 1992, p.236)

Essa, portanto, é a importância do educador que visa seguir o caminho proposto por Rousseau numa educação de acordo com a natureza. O precursor, que não é necessariamente o professor, mas, de modo geral, os progenitores, ou mesmo, quem assume a função de criar na mais tenra idade, deve se atentar para as verdadeiras necessidades da criança ao interpretar a sua linguagem. Somente cultivando as necessidades naturais, de acordo com cada fase na formação humana, teremos a chance de fortalecer o homem, quando chegar o momento perigoso das relações sociais. Pois, segundo Rousseau, nessas relações o homem estará enfrentando as opiniões alheias, os julgamentos de uma sociedade viciada e perniciososa, que poderá leva-lo ao caminho da comparação com os outros e, com isso, a vida em sociedade poderá colocar em cheque seu ser e sua bondade²⁷.

²⁷ Assim, o que torna o homem essencialmente bom é ter poucas necessidades e se comparar pouco aos outros; e o que o torna essencialmente mau é ter muitas necessidades e atentar muito para a opinião. Segundo este princípio é fácil ver como podemos dirigir para o bem ou para mal todas as paixões das crianças e dos homens. É verdade que não podendo viver sempre sós, dificilmente viverão sempre bons: essa dificuldade mesma aumentará necessariamente com suas relações; e é nisso, principalmente, que os perigos da sociedade nos tornam a arte e os cuidados mais indispensáveis para prevenir, no coração humano, a depravação que nasce de suas novas necessidades. (ROUSSEAU, 1992, p.237)

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por objetivo compreender o conceito de educação para a formação do homem livre em Jean-Jacques Rousseau. Damos ênfase à educação da primeira infância, pois, segundo o filósofo, a boa educação é aquela que está de acordo a natureza do homem, sendo a fase mais próxima do seu estado natural aquela compreendida do nascimento até os 12 anos da criança.

No decorrer de nossos estudos, vimos a necessidade de ampliar o entendimento do conceito de natureza no filósofo, pois o texto de *Emílio ou da Educação*, muita das vezes, nos dava a impressão de que tal conceito deveria ser previamente entendido pelo leitor para que pudesse ser entendida a importância da educação nos anos iniciais. Essa necessidade nos levou à obra *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*.

No *Discurso*, Rousseau nos apresenta o homem em seu estado natural, descreve minuciosamente suas características, seu modo de ser e de viver em meio à natureza. Nesse estado, o homem é absoluto; e por viver livre e solitário, goza de uma felicidade que deve ser conservada. Ao longo da leitura dessa obra, compreendemos que a teoria do conceito de natureza se firma em dois fundamentos: o da liberdade e o da felicidade.

No entanto, aparentemente, essas obras não apresentavam coerência quanto ao conceito de natureza. O homem natural do *Segundo Discurso* é o homem primitivo que vivia nas florestas, moldado conforme a natureza, enquanto o homem natural do *Emílio* é formado para viver na sociedade, pois faz parte dela.

Porém, apesar das diferenças de propósitos das duas obras, vimos que um ponto comum poderia ser identificado: a bondade natural dos afetos genuínos. Entendemos que a mudança dos afetos é a responsável, tanto pelo fortalecimento do homem, quanto pela sua ruína. Ou seja, o *amor de si* é o que deve ser preservado; o *amor próprio*, evitado.

Com isso, entendemos que a educação conforme a natureza é aquela que ao entender os limites segundo cada fase do desenvolvimento da criança, cuida para que seja preservado o genuíno sentimento. Ele se dá, sobretudo, com a harmonia entre o desejo e a força. Ou seja, a criança deve ter somente o que pode de acordo com as suas reais necessidades. Assim, ela entenderá seus limites e compreenderá a si mesmo. Ao entender-se em suas limitações, ao mesmo tempo, entenderá que o outro não é um instrumento de suas vontades. Entenderá que o outro deve ser aquele que a ajuda até o momento em que

tenha forças adequadas para fazer o que necessita; necessidade essa que deve estar de acordo com cada fase de seu desenvolvimento. Do contrário, havendo interferência do homem, seja por adulações, por excesso de cuidado, ou por falta dele, haverá desarmonia entre o desejo e a necessidade, o que é determinante para desviar a criança de seus bons afetos. Como consequência, a criança verá o outro apenas como um facilitador de seus desejos que não são segundo a sua fase natural. Com esse desvio de sua essência, aprendem que a sociedade será o palco do exercício de suas vontades e desejos, quando se tornarem adultas.

Por fim, entendemos que o conceito de educação, em Rousseau, não é o positivo, o qual tem a intenção de reproduzir o conhecimento em seus alunos para que sejam os futuros engenheiros, médicos, professores etc. Sua concepção de educação negativa visa fortalecer os bons sentimentos da criança para que ao crescer, ela seja um adulto livre, autônomo e bom, assim como a natureza a preparou para ser.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CERIZARA, Ana Beatriz. *Rousseau: a educação na infância*. São Paulo: Scipione, 1990.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Paradoxo do espetáculo: política e poética em Rousseau*. São Paulo: Discurso Editorial, 1997;

GUIMARÃES, Ged. *A recusa da sociedade do espetáculo no processo de formação do homem autônomo: um estudo da abordagem de Rousseau*. Tese de doutorado. Belo Horizonte. 2004;

MONROE, P. *História da educação*. Tradução de Idel Becker. 14. Ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1979. p. 34 v. (Atualidades pedagógicas);

PEREIRA, Isidro S. J. *Dicionário Grego – Português – Grego*, 8ª ed. Portugal: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*, trad. Lourdes Santos, 5ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores);

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, trad. Lourdes Santos, 5ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores);

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Trad. Sérgio Milliet, 3ªed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992;

SANTOS, Gislene. O ESTADO DE NATUREZA EM ROUSSEAU. In: *Espaço Plural*, nº 25, Ano XII, 2011, pp. 11-25.

VINH-DE, Nguyen. *Le Problème de L'homme chez Jean- Jacques Rousseau*, Québec:Université du Québec, 1991.